

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
Proventos em Dinheiro	2

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	3
Balanço Patrimonial Passivo	4
Demonstração do Resultado	5
Demonstração do Resultado Abrangente	6
Demonstração do Fluxo de Caixa	7

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2012 à 30/06/2012	8
DMPL - 01/01/2011 à 30/06/2011	9

Demonstração do Valor Adicionado	10
----------------------------------	----

DFs Consolidadas

Balanço Patrimonial Ativo	11
Balanço Patrimonial Passivo	12
Demonstração do Resultado	14
Demonstração do Resultado Abrangente	15
Demonstração do Fluxo de Caixa	16

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2012 à 30/06/2012	18
DMPL - 01/01/2011 à 30/06/2011	19

Demonstração do Valor Adicionado	20
----------------------------------	----

Comentário do Desempenho	21
--------------------------	----

Notas Explicativas	33
--------------------	----

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial	90
Motivos de Reapresentação	91

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Mil)	Trimestre Atual 30/06/2012
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	696.715
Preferenciais	0
Total	696.715
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

Dados da Empresa / Proventos em Dinheiro

Evento	Aprovação	Provento	Início Pagamento	Espécie de Ação	Classe de Ação	Provento por Ação (Reais / Ação)
Reunião do Conselho de Administração	19/03/2012	Dividendo	21/03/2012	Ordinária		0,23530
Reunião do Conselho de Administração	19/03/2012	Dividendo	21/03/2012	Ordinária		0,91185
Reunião do Conselho de Administração	19/03/2012	Juros sobre Capital Próprio	21/03/2012	Ordinária		0,02958
Reunião do Conselho de Administração	19/03/2012	Juros sobre Capital Próprio	21/03/2012	Ordinária		0,00604
Reunião do Conselho de Administração	25/05/2012	Dividendo	25/05/2012	Ordinária		0,34496
Reunião do Conselho de Administração	25/05/2012	Juros sobre Capital Próprio	25/05/2012	Ordinária		0,00615

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2012	Exercício Anterior 31/12/2011
1	Ativo Total	1.539.289	1.441.799
1.01	Ativo Circulante	269.825	481.314
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	28.893	268.131
1.01.01.01	Caixa e Bancos	28.893	268.131
1.01.03	Contas a Receber	88.383	0
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	88.383	0
1.01.03.02.01	Partes Relacionadas - Mutuo	88.383	0
1.01.06	Tributos a Recuperar	8.659	9.663
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	8.659	9.663
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	143.890	203.520
1.01.08.03	Outros	143.890	203.520
1.01.08.03.01	Dividendos e juros sobre o capital proprio a receber	143.598	203.327
1.01.08.03.02	Outros creditos	292	193
1.02	Ativo Não Circulante	1.269.464	960.485
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	62.316	214.926
1.02.01.08	Créditos com Partes Relacionadas	62.316	214.926
1.02.01.08.02	Créditos com Controladas	62.316	214.926
1.02.02	Investimentos	1.176.171	718.064
1.02.02.01	Participações Societárias	1.176.171	718.064
1.02.02.01.02	Participações em Controladas	1.176.171	718.064
1.02.03	Imobilizado	17.947	12.953
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	17.947	12.953
1.02.04	Intangível	13.030	14.542
1.02.04.01	Intangíveis	13.030	14.542

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2012	Exercício Anterior 31/12/2011
2	Passivo Total	1.539.289	1.441.799
2.01	Passivo Circulante	261.266	335.912
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	6.677	5.776
2.01.01.01	Obrigações Sociais	6.677	5.776
2.01.02	Fornecedores	1.558	3.200
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	1.558	3.200
2.01.03	Obrigações Fiscais	1.143	824
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	1.143	824
2.01.03.01.02	Impostos, Taxas e Contribuições a recolher	1.143	824
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	245.744	191.589
2.01.04.02	Debêntures	245.744	191.589
2.01.05	Outras Obrigações	5.473	134.523
2.01.05.01	Passivos com Partes Relacionadas	77	0
2.01.05.01.01	Débitos com Coligadas	77	0
2.01.05.02	Outros	5.396	134.523
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	3.665	132.638
2.01.05.02.04	Outras Contas a Pagar	1.731	1.885
2.01.06	Provisões	671	0
2.01.06.02	Outras Provisões	671	0
2.01.06.02.04	Provisão para Imposto de Renda e Contribuição Social	671	0
2.02	Passivo Não Circulante	105.592	248.546
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	105.569	248.539
2.02.01.02	Debêntures	105.569	248.539
2.02.02	Outras Obrigações	17	7
2.02.02.01	Passivos com Partes Relacionadas	17	7
2.02.02.01.02	Débitos com Controladas	17	0
2.02.02.01.03	Débitos com Controladores	0	7
2.02.03	Tributos Diferidos	6	0
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	6	0
2.03	Patrimônio Líquido	1.172.431	857.341
2.03.01	Capital Social Realizado	696.715	391.283
2.03.02	Reservas de Capital	239	111
2.03.04	Reservas de Lucros	275.142	465.947
2.03.04.01	Reserva Legal	34.891	34.892
2.03.04.10	Reservas de dividendos	240.251	431.055
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	200.335	0

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2012 à 30/06/2012	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2012 à 30/06/2012	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2011 à 30/06/2011	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2011 à 30/06/2011
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	27.557	55.386	24.074	50.079
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-14.440	-29.139	-13.037	-25.331
3.03	Resultado Bruto	13.117	26.247	11.037	24.748
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	93.523	201.671	82.108	164.485
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-1.250	-2.386	-1.134	-2.274
3.04.02.01	Amortização de ágio de investimentos	-1.250	-2.386	-1.134	-2.274
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	0	0	0	2
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-1	-1	-3	0
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	94.774	204.058	83.245	166.757
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	106.640	227.918	93.145	189.233
3.06	Resultado Financeiro	-7.067	-9.825	-8.096	-18.120
3.06.01	Receitas Financeiras	6.255	18.427	12.267	23.590
3.06.02	Despesas Financeiras	-13.322	-28.252	-20.363	-41.710
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	99.573	218.093	85.049	171.113
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-1.738	-4.984	-578	-2.261
3.08.01	Corrente	-1.739	-4.978	-448	-1.285
3.08.02	Diferido	1	-6	-130	-976
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	97.835	213.109	84.471	168.852
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	97.835	213.109	84.471	168.852
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)				
3.99.01	Lucro Básico por Ação				
3.99.01.01	ON	0,14042	0,30588	0,21588	0,43153

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2012 à 30/06/2012	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2012 à 30/06/2012	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2011 à 30/06/2011	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2011 à 30/06/2011
4.01	Lucro Líquido do Período	97.835	213.109	84.471	168.852
4.03	Resultado Abrangente do Período	97.835	213.109	84.471	168.852

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2012 à 30/06/2012	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2011 à 30/06/2011
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	17.560	48.893
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	47.258	51.220
6.01.01.01	Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	218.093	171.113
6.01.01.02	Depreciação e amortização	3.223	2.581
6.01.01.03	Amortização e ágio em investimentos	2.387	2.274
6.01.01.04	Encargos financeiros e variação monetária sobre empréstimos, financiamentos e debêntures	27.137	41.632
6.01.01.07	Resultado de equivalência patrimonial	-204.058	-166.757
6.01.01.08	Baixa de bens do ativo imobilizado	472	377
6.01.01.09	Prêmio de Opções	4	0
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-29.698	-2.327
6.01.02.01	Juros pagos	-25.720	0
6.01.02.02	Tributos a recuperar	1.004	-2.455
6.01.02.03	Outros créditos	-99	-190
6.01.02.04	Fornecedores	-1.642	819
6.01.02.05	Obrigações sociais	901	1.481
6.01.02.06	Impostos, taxas e contribuições a recolher	319	-711
6.01.02.07	Outras contas a pagar	-154	-169
6.01.02.08	Imposto de renda e contribuição social pagos	-4.307	-1.102
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	165.986	56.264
6.02.01	Aquisição de Imobilizado e intangível	-7.177	-6.235
6.02.02	Empresas ligadas	64.314	-26.680
6.02.03	Dividendos recebidos	108.849	89.179
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-422.784	-137.804
6.03.01	Pagamento de dividendos e juros sobre o capital próprio	-330.634	-6.946
6.03.02	Pagamento de empréstimos, financiamentos e debêntures	-92.150	-130.858
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-239.238	-32.647
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	268.131	183.812
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	28.893	151.165

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2012 à 30/06/2012**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	391.283	111	465.947	0	0	857.341
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	391.283	111	465.947	0	0	857.341
5.04	Transações de Capital com os Sócios	305.432	128	-190.805	-12.774	0	101.981
5.04.06	Dividendos	0	0	-190.805	0	0	-190.805
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	-12.774	0	-12.774
5.04.08	Plano de opção com base em ações	0	128	0	0	0	128
5.04.09	Aporte de Capital por Investimento da Ecocataratas	305.432	0	0	0	0	305.432
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	213.109	0	213.109
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	213.109	0	213.109
5.07	Saldos Finais	696.715	239	275.142	200.335	0	1.172.431

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2011 à 30/06/2011**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	391.283	0	188.228	0	0	579.511
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	391.283	0	188.228	0	0	579.511
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	-12.131	0	-12.131
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	-12.131	0	-12.131
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	168.852	0	168.852
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	168.852	0	168.852
5.07	Saldos Finais	391.283	0	188.228	156.721	0	736.232

DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2012 à 30/06/2012	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2011 à 30/06/2011
7.01	Receitas	62.406	57.574
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	62.406	57.574
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-6.171	-6.349
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-6.171	-6.349
7.03	Valor Adicionado Bruto	56.235	51.225
7.04	Retenções	-5.610	-4.855
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-3.223	-2.581
7.04.02	Outras	-2.387	-2.274
7.04.02.01	Amortização de Investimentos	-2.387	-2.274
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	50.625	46.370
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	222.485	190.347
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	204.058	166.757
7.06.02	Receitas Financeiras	18.427	23.590
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	273.110	236.717
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	273.110	236.717
7.08.01	Pessoal	19.744	16.399
7.08.01.01	Remuneração Direta	17.291	14.345
7.08.01.02	Benefícios	1.660	1.323
7.08.01.03	F.G.T.S.	793	731
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	12.005	9.756
7.08.02.01	Federais	10.757	8.618
7.08.02.03	Municipais	1.248	1.138
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	28.252	41.710
7.08.03.01	Juros	23.741	34.524
7.08.03.03	Outras	4.511	7.186
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	213.109	168.852
7.08.04.01	Juros sobre o Capital Próprio	12.774	12.131
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	200.335	156.721

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2012	Exercício Anterior 31/12/2011
1	Ativo Total	2.900.287	2.749.071
1.01	Ativo Circulante	291.299	567.177
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	154.784	431.943
1.01.01.01	Caixa e Bancos	154.784	431.943
1.01.03	Contas a Receber	67.882	66.325
1.01.03.01	Clientes	67.882	66.325
1.01.06	Tributos a Recuperar	12.468	10.374
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	12.468	10.374
1.01.07	Despesas Antecipadas	2.067	4.062
1.01.07.01	Premios e Seguros a Apropriar	2.067	4.062
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	54.098	54.473
1.01.08.03	Outros	54.098	54.473
1.01.08.03.01	Títulos e Valores Mobiliarios	26.189	30.106
1.01.08.03.03	Outros creditos	27.909	24.367
1.02	Ativo Não Circulante	2.608.988	2.181.894
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	100.771	118.006
1.02.01.06	Tributos Diferidos	45.219	5.255
1.02.01.06.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	45.219	5.255
1.02.01.07	Despesas Antecipadas	365	0
1.02.01.08	Créditos com Partes Relacionadas	3.061	68.910
1.02.01.08.04	Créditos com Outras Partes Relacionadas	3.061	68.910
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	52.126	43.841
1.02.01.09.03	Depositos Judiciais	9.885	6.640
1.02.01.09.04	Titulos e Valores Mobiliarios	42.241	37.201
1.02.03	Imobilizado	104.615	89.285
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	104.615	89.285
1.02.04	Intangível	2.403.602	1.974.603
1.02.04.01	Intangíveis	2.403.602	1.974.603

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2012	Exercício Anterior 31/12/2011
2	Passivo Total	2.900.287	2.749.071
2.01	Passivo Circulante	768.191	801.196
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	17.484	14.243
2.01.01.01	Obrigações Sociais	17.484	14.243
2.01.02	Fornecedores	33.107	32.184
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	33.107	32.184
2.01.03	Obrigações Fiscais	15.108	14.469
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	15.108	14.469
2.01.03.01.02	Impostos, taxas e contribuições	14.828	14.196
2.01.03.01.03	Programa de Recuperação Fiscal - REFIS	280	273
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	576.600	513.314
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	154.720	146.406
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	154.720	146.406
2.01.04.02	Debêntures	421.097	366.008
2.01.04.03	Financiamento por Arrendamento Financeiro	783	900
2.01.05	Outras Obrigações	48.227	172.759
2.01.05.01	Passivos com Partes Relacionadas	2.051	1.790
2.01.05.01.03	Débitos com Controladores	0	36
2.01.05.01.04	Débitos com Outras Partes Relacionadas	2.051	1.754
2.01.05.02	Outros	46.176	170.969
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	3.665	132.638
2.01.05.02.04	Credor pela Concessão	17.210	17.082
2.01.05.02.05	Outras Contas a Pagar	25.301	21.249
2.01.06	Provisões	77.665	54.227
2.01.06.02	Outras Provisões	77.665	54.227
2.01.06.02.04	Provisão para Manutenção	47.804	24.854
2.01.06.02.05	Provisão para construção de obras futuras	11.807	12.527
2.01.06.02.06	Provisão para imposto de renda e contribuição social	18.054	16.846
2.02	Passivo Não Circulante	956.116	1.087.492
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	734.093	934.977
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	100.953	112.481
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	100.953	112.481
2.02.01.02	Debêntures	633.140	822.306
2.02.01.03	Financiamento por Arrendamento Financeiro	0	190
2.02.02	Outras Obrigações	56.332	59.033
2.02.02.01	Passivos com Partes Relacionadas	59	0
2.02.02.01.03	Débitos com Controladores	59	0
2.02.02.02	Outros	56.273	59.033
2.02.02.02.03	Outras contas a pagar	3.009	3.272
2.02.02.02.04	Programa de Recuperação Fiscal	626	662
2.02.02.02.05	Credor pela concessão	52.638	55.099
2.02.03	Tributos Diferidos	11.818	6.280
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	11.818	6.280
2.02.04	Provisões	153.873	87.202
2.02.04.02	Outras Provisões	153.873	87.202
2.02.04.02.05	Provisões para perda tributárias, trabalhistas e civeis	30.638	26.710

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2012	Exercício Anterior 31/12/2011
2.02.04.02.06	Provisões para manutenção	121.221	58.563
2.02.04.02.07	Provisões para construção de obras futuras	2.014	1.929
2.03	Patrimônio Líquido Consolidado	1.175.980	860.383
2.03.01	Capital Social Realizado	696.715	391.283
2.03.02	Reservas de Capital	239	111
2.03.04	Reservas de Lucros	275.142	465.947
2.03.04.01	Reserva Legal	34.891	34.892
2.03.04.10	Reserva de dividendos	240.251	431.055
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	200.335	0
2.03.09	Participação dos Acionistas Não Controladores	3.549	3.042

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2012 à 30/06/2012	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2012 à 30/06/2012	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2011 à 30/06/2011	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2011 à 30/06/2011
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	397.834	763.193	333.183	650.339
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-182.970	-319.161	-152.512	-276.501
3.03	Resultado Bruto	214.864	444.032	180.671	373.838
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-22.840	-42.210	-15.080	-28.576
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-22.858	-42.278	-15.078	-28.572
3.04.02.01	Amortização de ágio de investimentos	0	-147	0	-147
3.04.02.02	Despesas operacionais, gerais e administrativas	-22.858	-42.131	-15.078	-28.425
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	18	68	0	0
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	0	0	-2	-4
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	192.024	401.822	165.591	345.262
3.06	Resultado Financeiro	-45.168	-81.367	-41.746	-90.674
3.06.01	Receitas Financeiras	8.439	22.097	14.399	37.898
3.06.02	Despesas Financeiras	-53.607	-103.464	-56.145	-128.572
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	146.856	320.455	123.845	254.588
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-47.548	-104.852	-38.146	-83.378
3.08.01	Corrente	-42.294	-94.982	-36.723	-76.365
3.08.02	Diferido	-5.254	-9.870	-1.423	-7.013
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	99.308	215.603	85.699	171.210
3.11	Lucro/Prejuízo Consolidado do Período	99.308	215.603	85.699	171.210
3.11.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	97.835	213.109	84.471	168.852
3.11.02	Atribuído a Sócios Não Controladores	1.473	2.494	1.228	2.358
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)				
3.99.01	Lucro Básico por Ação				
3.99.01.01	ON	0,14042	0,30588	0,21588	0,43153

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2012 à 30/06/2012	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2012 à 30/06/2012	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2011 à 30/06/2011	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2011 à 30/06/2011
4.01	Lucro Líquido Consolidado do Período	99.308	215.603	85.699	171.210
4.03	Resultado Abrangente Consolidado do Período	99.308	215.603	85.699	171.210
4.03.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	97.835	213.109	84.471	168.852
4.03.02	Atribuído a Sócios Não Controladores	1.473	2.494	1.228	2.358

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2012 à 30/06/2012	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2011 à 30/06/2011
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	309.320	250.510
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	526.879	438.716
6.01.01.01	Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	320.455	254.588
6.01.01.02	Depreciação e amortização	72.227	51.672
6.01.01.03	Encargos financeiros e variação monetária sobre empréstimos, financiamentos e debêntures	91.636	117.554
6.01.01.04	Variação monetária com o Poder Concedente	4.846	5.625
6.01.01.05	Receita sobre títulos e valores mobiliários	-2.261	-246
6.01.01.06	Baixa e/Vendas do ativo imobilizado e intangível	3.974	1.446
6.01.01.07	Provisão para manutenção e para construção de obras futuras	27.615	0
6.01.01.08	Const de prov perdas tributárias, trabalhistas e cíveis, depósitos judiciais e atual monetária	3.698	3.911
6.01.01.09	Provisão para manutenção e provisão para obras futuras - AVP	4.414	4.166
6.01.01.10	Prêmio de opções	128	0
6.01.01.11	Tributos diferidos	147	0
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-217.559	-188.206
6.01.02.01	Clientes	6.332	-3.992
6.01.02.02	Tributos a recuperar	-1.881	-3.924
6.01.02.03	Despesas antecipadas	2.855	-1.565
6.01.02.04	Outros créditos	-3.257	-11.956
6.01.02.05	Fornecedores	-4.077	6.472
6.01.02.06	Obrigações sociais	1.324	2.452
6.01.02.07	Impostos, taxas e contribuições a recolher	-1.435	-295
6.01.02.08	Outras contas a pagar	2.509	-781
6.01.02.09	Provisão para perdas tributárias, trabalhistas e cíveis	-5.273	-2.160
6.01.02.10	Provisão para manutenção	-38.114	6.221
6.01.02.11	Juros pagos	-79.048	-107.705
6.01.02.12	Imposto de renda e contribuição social pagos	-95.338	-70.220
6.01.02.13	Depósitos Judiciais	-1.115	-900
6.01.02.14	Tributos diferidos	0	147
6.01.02.15	Provisão para construção de obras	-1.041	0
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-115.806	-95.445
6.02.01	Aquisição de imobilizado e intangível	-110.427	-92.701
6.02.02	Passivos com partes relacionadas	-3.510	-583
6.02.03	Investimentos em Controladas	0	-3.003
6.02.04	Minoritarios	-1.987	0
6.02.05	Dividendos recebidos	0	791
6.02.06	Recebimento pela Venda do Imobilizado	118	51
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-470.673	-111.302
6.03.01	Títulos e valores mobiliários	1.138	-8.971
6.03.02	Credor pela concessão	-7.179	-7.784
6.03.03	Captação de empréstimos, financiamentos e debêntures - terceiros	0	475.917
6.03.04	Pagamento de empréstimos, financiamentos e debêntures - terceiros	-152.881	-563.518

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2012 à 30/06/2012	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2011 à 30/06/2011
6.03.05	Programa de Recuperação Fiscal - REFIS	-29	0
6.03.06	Pagamento de dividendos e juros sobre o capital próprio	-330.634	-6.946
6.03.07	Efeito do caixa e equivalentes de caixa de controladas recebido em aumento de capital	18.912	0
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-277.159	43.763
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	431.943	252.866
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	154.784	296.629

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2012 à 30/06/2012**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	391.283	111	465.947	0	0	857.341	3.042	860.383
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	391.283	111	465.947	0	0	857.341	3.042	860.383
5.04	Transações de Capital com os Sócios	305.432	128	-190.805	-12.774	0	101.981	-1.987	99.994
5.04.06	Dividendos	0	0	-190.805	0	0	-190.805	0	-190.805
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	-12.774	0	-12.774	0	-12.774
5.04.08	Plano de opção com base em ações	0	128	0	0	0	128	0	128
5.04.09	Aporte de Capital por Investimento da Ecocataratas	305.432	0	0	0	0	305.432	0	305.432
5.04.10	Efeito de participação de acionistas não controladores	0	0	0	0	0	0	-1.987	-1.987
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	213.109	0	213.109	2.494	215.603
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	213.109	0	213.109	2.494	215.603
5.07	Saldos Finais	696.715	239	275.142	200.335	0	1.172.431	3.549	1.175.980

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2011 à 30/06/2011**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	391.283	0	188.228	0	0	579.511	6.664	586.175
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	391.283	0	188.228	0	0	579.511	6.664	586.175
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	-12.131	0	-12.131	-3.000	-15.131
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	-12.131	0	-12.131	0	-12.131
5.04.08	Efeito de participação de acionistas não controladores nas controladas	0	0	0	0	0	0	-3.000	-3.000
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	168.852	0	168.852	2.358	171.210
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	168.852	0	168.852	2.358	171.210
5.07	Saldos Finais	391.283	0	188.228	156.721	0	736.232	6.022	742.254

DFs Consolidadas / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2012 à 30/06/2012	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2011 à 30/06/2011
7.01	Receitas	833.015	691.831
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	833.015	691.831
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-227.851	-204.219
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-205.497	-190.316
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-22.354	-13.900
7.02.04	Outros	0	-3
7.03	Valor Adicionado Bruto	605.164	487.612
7.04	Retenções	-72.374	-51.819
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-72.227	-51.672
7.04.02	Outras	-147	-147
7.04.02.01	Amortização de Investimentos	-147	-147
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	532.790	435.793
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	22.165	37.898
7.06.02	Receitas Financeiras	22.097	37.898
7.06.03	Outros	68	0
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	554.955	473.691
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	554.955	473.691
7.08.01	Pessoal	61.241	49.038
7.08.01.01	Remuneração Direta	50.375	40.883
7.08.01.02	Benefícios	8.427	6.218
7.08.01.03	F.G.T.S.	2.439	1.937
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	174.647	124.871
7.08.02.01	Federais	137.280	111.421
7.08.02.03	Municipais	37.367	13.450
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	103.464	128.572
7.08.03.01	Juros	91.636	84.454
7.08.03.03	Outras	11.828	44.118
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	215.603	171.210
7.08.04.01	Juros sobre o Capital Próprio	12.774	12.131
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	200.335	156.721
7.08.04.04	Part. Não Controladores nos Lucros Retidos	2.494	2.358

Comentário do Desempenho

EcoRodovias Concessões e Serviços anuncia resultados do 2T12 e 1S12: *Margem EBITDA alcança 62,1% no 1S12*

São Bernardo do Campo, 9 de agosto de 2012 – EcoRodovias Concessões e Serviços S.A. anuncia seus resultados referentes ao segundo trimestre de 2012 (2T12) e primeiro semestre de 2012 (1S12). As informações financeiras e operacionais abaixo são apresentadas de acordo com as normas e pronunciamentos da Comissão de Valores Mobiliários - CVM. As comparações, exceto onde indicado o contrário, referem-se ao segundo trimestre de 2011 (2T11) e primeiro semestre de 2011 (1S11).

DESTAQUES OPERACIONAIS E FINANCEIROS

- A EcoRodovias Concessões e Serviços, subholding do Grupo EcoRodovias no segmento de concessões de rodovias, iniciou suas atividades operacionais após a reorganização societária ocorrida no segundo semestre de 2009, através de transferência para a companhia das concessionárias de rodovias: Ecovias dos Imigrantes (SP), Ecopistas (SP), Ecovia Caminho do Mar (PR), Ecocataratas (PR) e Ecosul (RS), além da incorporação das empresas de serviços ECSC Centro de Serviços Corporativos Ltda. e ECSE Centro de Serviços de Engenharia Ltda., empresas estas prestadoras de serviços de apoio administrativo, financeiro, de tecnologia e engenharia às demais unidades do Grupo EcoRodovias.
- O tráfego consolidado no 1S12 apresentou 101.759 mil veículos equivalentes pagantes.
- O EBITDA no 1S12 foi de R\$ 474.195 mil atingindo a expressiva margem de 62,1%.
- A companhia apresentou no 1S12 lucro líquido de R\$ 215.603 mil.

Comentário do Desempenho

Destaques (em milhares de R\$)	2T12	2T11	Var.	1S12	1S11	Var.
Tráfego – milhares de veículos equivalentes pagantes	49.512	43.351	14,2%	101.759	86.345	17,9%
Tarifa Média (em R\$)	7,13	6,53	9,2%	7,28	6,63	9,8%
Receita Líquida	397.834	333.183	19,4%	763.193	650.339	17,4%
Lucro Líquido	99.307	85.699	15,9%	215.603	171.210	25,9%
EBITDA ⁻¹	231.508	191.861	20,7%	474.195	397.084	19,4%
Margem EBITDA	58,2%	57,6%	0,6 p.p	62,1%	61,1%	1,0 p.p
Capex	95.230	75.614	25,9%	148.607	113.495	30,9%
Dívida Líquida	-	-	-	1.087	1.112	-2,2%

^{-1,2} EBITDA = Lucro Líquido + IRPJ/CSLL + Despesas Financeiras Líquidas + Depreciação/Amortização

COMPANHIA

A Companhia foi constituída em 16 de maio de 2007, com o objetivo de ser a subholding controladora dos negócios de concessão rodoviária do Grupo EcoRodovias. A principal atividade da Companhia é a exploração de concessões de obras e serviços públicos, especificamente a prestação de serviços de operação de estradas de rodagem.

Atualmente, por meio de suas concessionárias Ecovias dos Imigrantes, Ecopistas, Ecovia Caminho do Mar, Ecocataratas e Ecosul, das quais detém 100% do capital social, exceto Ecosul que detém 90% do capital social, a Companhia administra rodovias nos principais corredores de importação e exportação brasileiros, detendo concessões com extensão total de 1.459,3 km de estradas de rodagem nos Estados de São Paulo, Paraná e Rio Grande do Sul, por onde passaram mais de 101,8 milhões de veículos equivalentes no 1S12.

Em 29 de dezembro de 2010, por meio de uma reestruturação societária no grupo, a EcoRodovias Concessões realizou a cisão parcial com a conseqüente versão do patrimônio líquido cindido à Ecocataratas, nos termos do art. 225 da Lei n. 6.404/76, onde se justifica com base na decisão da Interveniente, holding do Grupo EcoRodovias, de reorganizar a gestão de seus ativos a fim de tornar mais eficiente e ágil a identificação de novas sinergias, alavancar a integração das suas áreas de atuação, proporcionar melhoria dos índices econômico-financeiros, possibilitar a otimização fiscal, consolidar o estágio diferenciado de maturidade e traduzir, na prática, a estratégia de atuação do Grupo, sendo assim, a Rodovia das Cataratas S.A - Ecocataratas passou a ser controlada diretamente pela EcoRodovias

Comentário do Desempenho

Infraestrutura e Logística S.A. Em 30 de março de 2012, a Ecocataratas passou a ser, novamente, controlada direta da EcoRodovias Concessões e Serviços.

ANÁLISE DO RESULTADO

TRÁFEGO

Apresentamos abaixo a composição de tráfego, em quantidade de veículos equivalentes pagantes, ocorrido nas concessionárias referente ao período do 2T12 e 1S12, ambos consolidados na companhia.

Volume de Tráfego						
(em milhares de veículos equivalentes pagantes)	2T12	2T11	Var.	1S12	1S11	Var.
Ecovias dos Imigrantes	13.410	13.507	-0,7%	28.628	27.928	2,5%
Ecopistas	19.961	20.000	-0,2%	40.865	39.795	2,7%
Ecovia Caminho do Mar	3.685	3.599	2,4%	7.870	7.159	9,9%
Ecocataratas	6.201	-	0,0%	12.950	-	-
Ecosul	6.255	6.245	0,2%	11.446	11.463	-0,1%
Total	49.512	43.351	14,2%	101.759	86.345	17,9%

Nota: Veículo equivalente é uma unidade básica de referência em estatísticas de cobrança de pedágio no mercado brasileiro. Veículos leves, tais como carros de passeio, correspondem a uma unidade de eixo equivalente. Veículos pesados, como caminhões e ônibus são convertidos em eixos equivalentes por um multiplicador aplicado sobre o número de eixos do veículo, conforme estabelecido nos termos de cada contrato de concessão.

Em relação ao tráfego total em eixos equivalentes, 47,1% corresponderam ao tráfego de veículos comerciais e 52,9% corresponderam aos veículos leves.

TARIFA

A tabela abaixo demonstra a tarifa média por veículo equivalente, consolidada e por concessionária. -

Os últimos reajustes contratuais das tarifas básicas ocorridos nas concessionárias foram: 9,8% na Ecovias dos Imigrantes (em julho de 2011), 6,6% na Ecopistas (em julho de 2011), 4,5% na Ecovia Caminho do Mar e Ecocataratas (em dezembro de 2011) e 8,0% na Ecosul (em janeiro de 2012).

Comentário do Desempenho

Tarifa Média (em R\$/ eixo equivalentes)	2T12	2T11	Var.	1S12	1S11	Var.
Ecovias dos Imigrantes	12,53	11,64	7,6%	12,65	11,67	8,4%
Ecopistas	2,46	2,30	7,0%	2,47	2,30	7,4%
Ecovia Caminho do Mar	12,18	11,65	4,5%	12,35	11,81	4,6%
Ecocataratas	8,04	-	-	8,06	-	-
Ecosul	6,57	6,06	8,4%	6,66	6,12	8,8%
Consolidado	7,13	6,53	9,2%	7,28	6,63	9,8%

Nota: o cálculo da Tarifa Média Consolidada é realizado através da média ponderada das tarifas médias de cada concessionária.

RECEITA BRUTA

A receita bruta consolidada no 1S12 totalizou R\$ 833.015 mil. A tabela abaixo apresenta a composição da receita bruta por empresa consolidada.

Receita Bruta (em milhares de R\$)	2T12	2T11	Var.	1S12	1S11	Var.
Receitas de Pedágio:						
Ecovias dos Imigrantes	168.007	157.164	6,9%	362.286	325.836	11,2%
Ecopistas	49.201	46.043	6,9%	100.757	91.626	10,0%
Ecovia Caminho do Mar	44.895	41.930	7,1%	97.181	84.586	14,9%
Ecocataratas	49.882	-	n.m	67.657	-	n.m
Ecosul	41.127	37.818	8,7%	76.222	70.159	8,6%
Receita Acessórias Concessionárias	14.368	11.493	25,0%	26.121	21.884	19,4%
Receita de Construção ICPC-01	63.479	53.570	18,5%	94.820	84.530	12,2%
Receita de Serviços e Logística	1.959	6.511	-69,9%	7.971	13.209	-39,7%
Total	432.918	354.529	22,1%	833.015	691.830	20,4%

A receita com arrecadação de pedágio correspondeu a 84,5% da receita bruta consolidada no 1S12.

Comentário do Desempenho

As receitas acessórias das concessionárias de rodovias são provenientes do monitoramento de cargas especiais, painéis publicitários, ocupação de faixa de domínio e acessos e outros serviços de utilização e exploração da faixa de domínio das concessões rodoviárias.

A receita de construção conforme estabelecido pelo ICPC 01 (Interpretação do Comitê de Pronunciamentos Contábeis) – Contratos de Concessão, a realização de obras e melhorias na infraestrutura rodoviária, no valor de R\$ 63,5 milhões no 2T12, foram considerados como receita de construção, a valor justo. A Companhia entende que os valores contratados de terceiros para realização dessas obras estão estabelecidos a valor de mercado e, portanto não reconhece margem de lucro nas atividades de construção.

CUSTOS OPERACIONAIS E DESPESAS ADMINISTRATIVAS

Os custos dos serviços prestados e despesas gerais e administrativas consolidadas totalizaram R\$ 361.292 mil no 1S12, representando 47,3% da receita líquida.

Custos operacionais e despesas administrativas (em milhares de R\$)	2T12			1S12		
	2T12	2T11	Var.	1S12	1S11	Var.
Pessoal	30.715	25.163	22,1%	61.241	49.038	24,9%
Conservação e manutenção	15.533	10.378	49,7%	26.776	24.049	11,3%
Serviços de terceiros	18.101	11.797	53,4%	31.956	23.211	37,7%
Seguros	2.444	1.978	23,5%	4.693	3.940	19,1%
Poder concedente	8.547	10.954	-22,0%	17.302	21.617	-20,0%
Depreciação/amortização	39.560	26.195	51,0%	72.227	51.672	39,8%
Provisão para manutenção	13.964	17.696	-21,1%	25.311	26.962	-6,1%
Custo com construção de obras	63.480	53.570	18,5%	94.820	84.530	12,2%
Locações e aluguéis	2.559	2.075	23,3%	5.280	4.053	30,3%
Outros	10.925	7.712	41,7%	21.686	15.854	36,8%
TOTAL	205.828	167.518	22,9%	361.292	304.926	18,5%

(*) Os serviços de terceiros são basicamente compostos por serviços de ambulâncias, resgates e remoções, serviços de consultoria, serviços de limpeza, gerenciamento de riscos e vigilância.

Comentário do Desempenho

EBITDA e MARGEM EBITDA

O EBITDA Ajustado, desconsiderando os efeitos da adoção do IFRS, ou seja, excluindo a Receita de Construção do saldo da Receita Líquida e excluindo o Custo de Construção e a Provisão para Manutenção do saldo dos Custos dos Serviços Prestados, totalizou R\$ 499.506 mil no 1S12, um crescimento de 17,8% em relação aos R\$ 424.046 mil obtidos no 1S11. A Margem EBITDA Ajustada foi de 74,7%, apresentando uma redução de 0,2 ponto percentual.

Considerando os efeitos da aplicação do IFRS no 1S12, o EBITDA totalizou R\$ 474.195 mil, um crescimento de 19,4% em relação aos R\$ 397.084 mil obtidos no 1S11.

A margem EBITDA considerando a aplicação do IFRS atingiu 62,1% no 1S12, um crescimento de 1,0 ponto percentual em relação ao 1S11.

EBITDA Ajustada sem IFRS (em milhares de R\$)	2T12	2T11	Var.	1S12	1S11	Var.
EBITDA IFRS	231.655	191.861	20,7%	474.195	397.084	19,4%
Receita de construção	(63.480)	(53.570)	18,5%	(94.820)	(84.530)	12,2%
Custo de construção	63.480	53.570	18,5%	94.820	84.530	12,2%
Provisão para manutenção	13.964	17.697	-21,1%	25.311	26.962	-6,1%
EBITDA ajustada	245.619	209.558	17,2%	499.506	424.046	17,8%
Margem EBITDA ajustada	73,5%	74,9%	-1,4 p.p	74,7%	74,9%	-0,2 p.p

EBITDA IFRS (em milhares de R\$)	2T12	2T11	Var.	1S12	1S11	Var.
Lucro líquido (pós-minoritários)	97.835	84.472	15,8%	213.109	168.852	26,2%
Imposto de renda e contribuição social	47.547	38.146	24,6%	104.852	83.378	25,8%
Resultado financeiro	45.167	41.746	8,2%	81.366	90.674	-10,3%
Depreciação e amortização	39.560	26.199	51,0%	72.227	51.672	39,8%
Participação de minoritários	1.473	1.227	19,9%	2.494	2.358	5,8%
Outras despesas/receitas líquidas	73	70	4,3%	147	150	-2,0%
EBITDA	231.655	191.861	20,7%	474.195	397.084	19,4%
Margem EBITDA	58,2%	57,6%	0,6 p.p	62,1%	61,1%	1,0 p.p

Comentário do Desempenho

RESULTADO FINANCEIRO

O resultado financeiro líquido consolidado no 1S12 foi negativo em R\$ 81.366 mil conforme demonstrado no quadro abaixo:

Efeito financeiro (em milhares de R\$)	2T12	2T11	Var.	1S12	1S11	Var.
Juros sobre debêntures	(27.961)	(35.165)	-20,5%	(56.338)	(69.733)	-19,2%
Juros sobre financiamentos	(5.566)	(2.875)	93,6%	(12.311)	(14.721)	-16,4%
Varição monetária debêntures e financiamentos	(8.720)	(10.495)	-19,1%	(17.640)	(29.168)	-39,5%
Varição monetária sobre direito de outorga	(3.000)	(2.118)	41,6%	(4.846)	(5.625)	-13,8%
Receita sobre aplicação financeira	5.890	9.175	-35,8%	18.932	29.414	-35,6%
Ajuste a valor presente ICPC-01	(2.773)	(2.082)	33,1%	(4.414)	(4.166)	6,0%
Outros efeitos financeiros	(3.037)	1.815	n.m	(4.749)	3.325	n.m
TOTAL	(45.167)	(41.745)	8,2%	(81.366)	(90.674)	-10,3%

LUCRO LÍQUIDO

O lucro líquido apresentado pela Companhia no 1S12 totalizou R\$ 215.603 mil onde representa um aumento de 26,2% em relação aos R\$ 171.210 mil quando comparado com o mesmo período anterior.

ENDIVIDAMENTO

Em 30 de junho de 2012, a dívida líquida consolidada da Companhia somou R\$ 1.087.480 mil.

Credores (em milhares de R\$)	30/06/2012	31/12/2011	Var.	Taxas Atuais	Vencimento
Debêntures- EcoRodovias				CDI+1,5% a.a	
Concessões e Serviços	351.314	440.128	-20,2%	/IPCA+8,75% a.a	nov/2015
Debêntures- Ecovias dos Imigrantes	282.074	335.866	-16,0%	104,0% CDI/ IGP-M+9,5% a.a	nov/2014
Debêntures-Ecopistas	420.850	412.320	2,1%	IPCA+8,25%	jan/2023
BNDES -Ecopistas	91.666	96.765	-5,3%	TJLP+2,45% a.a	nov/2021
CCB- Ecovia	-	6.212	-	107,7% CDI	maio/2012
CCB- Ecovia	37.535	35.460	5,9%	110,20% CDI	nov/2012
CCB- Ecovia	46.420	44.476	4,4%	109% do CDI	nov/2012
CBB- Ecosul	41.816	39.567	5,7%	CDI+2,032% a.a	out/2014

Comentário do Desempenho

Leasing- Ecovias dos Imigrantes	74	206	-64,1%	1,45% a.m	set/2012
CCB-Ecosul	38.236	36.407	5,0%	109% CDI	nov/2012
Leasing- Ecovias	352	565	-37,7%	1,34% a.m	dez/2012
Leasing- Ecovias	200	320	-37,5%	1,20% a.m	mar/2013
Leasing- Cataratas	157	-	-	1,21% a.m	mar/2013
Divida Total	1.310.693	1.448.292	-9,5%		
Caixa e equivalentes de caixa	154.784	431.943	-64,2%		
Aplicação financeira vinculada	68.430	67.307	1,7%		
Divida Líquida	1.087.480	949.042	14,6%		

(**) Inclui as aplicações financeiras vinculadas à liquidação das debêntures, registradas na rubrica "Títulos e valores mobiliários".

INVESTIMENTOS

Os investimentos realizados na EcoRodovias no período somaram R\$ 148.607 milhões, e são representados principalmente por serviços de pavimento executados pelas concessionárias.

CAPEX (em milhões de R\$)	2T12			2T11		
	Intangível/ Imobilizado	(*)Custo de Manutenção	Total	Intangível/ Imobilizado	(*)Custo de Manutenção	Total
Concessões Rodoviárias						
Ecovias dos Imigrantes	11.870	13.920	25.790	18.007	11.874	29.881
Ecopistas	33.829	-	33.829	22.328	-	22.328
Ecovia Caminho do Mar	7.852	-	7.852	6.624	-	6.624
Ecocataratas	5.830	9.333	15.163	-	-	-
Ecosul - Rodovias do Sul	8.819	(250)	8.569	10.904	1.909	12.813
EcoRodovias Conc. e Serviços	3.963	-	3.963	3.968	-	3.968
CONSOLIDADO	72.163	23.003	95.166	61.831	13.783	75.614

(*)Desde da publicação da demonstração financeira de 31 de dezembro de 2011 estamos demonstramos a coluna "Custo de Manutenção" que anteriormente não era demonstrado.

Comentário do Desempenho

CAPEX (em milhões de R\$)	1S12			1S11		
	Intangível/ Imobilizado	(*)Custo de Manutenção	Total	Intangível/ Imobilizado	(*)Custo de Manutenção	Total
Concessões Rodoviárias						
Ecovias dos Imigrantes	21.229	26.746	47.975	29.145	18.025	47.170
Ecopistas	45.894	-	45.894	32.003	-	32.003
Ecovia Caminho do Mar	11.537	2.035	13.572	9.227	-	9.227
Ecocataratas	11.581	9.333	20.914	-	-	-
Ecosul - Rodovias do Sul	13.007	7	13.014	16.093	2.769	18.862
EcoRodovias Conc. e Serviços	7.174	-	7.174	6.233	-	6.233
CONSOLIDADO	110.422	38.121	148.543	92.701	20.794	113.495

(*)Desde da publicação da demonstração financeira de 31 de dezembro de 2011 estamos demonstramos a coluna "Custo de Manutenção" que anteriormente não era demonstrado.

RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL

Responsabilidade Socioambiental

Ecoviver

O Ecoviver é um projeto educativo e artístico que visa a difundir e estimular a conscientização ambiental nas comunidades e em alunos do Ensino Fundamental. Por acreditar que a escola é um dos principais espaços para a difusão de informação, o Ecoviver conta com os educadores como grandes aliados, oferecendo total apoio para a abordagem da questão do lixo em sala de aula e estímulo para trabalhos com os alunos.

- Desde 2006, o Ecoviver já envolveu 250 mil alunos, 6.600 professores, 1.800 escolas em 25 cidades.
- Além da capacitação de professores e conscientização dos alunos, o projeto também fomentou a realização de Fóruns do Poder Público, eventos que reúnem autoridades como prefeitos e representantes do Ministério do Meio Ambiente, além da sociedade civil dos municípios envolvidos no projeto, a fim de discutir soluções regionais para a gestão de resíduos sólidos.

Comentário do Desempenho

Voleibol Paraolímpico

Em 2011, a Companhia iniciou o patrocínio às seleções brasileiras masculina, feminina, masculina de acesso e sub-23 de vôlei paraolímpico, também conhecido como vôlei sentado. A decisão pelo patrocínio foi tomada em linha com os princípios da Companhia, investindo em uma ação de longo prazo, com foco em promoção do esporte, conscientização nas estradas e apoio a pessoas que sofreram acidentes de trânsito.

- As seleções masculina e feminina conquistaram vaga nos Jogos Paraolímpicos de Londres, que acontecerão no segundo semestre de 2012.

Ecooperar

Projeto com o objetivo de fomentar a cadeia de valor relacionada à gestão de resíduos no ABC paulista, a partir da articulação entre o Consórcio Intermunicipal de Gestão do Resíduo, comunidades e cooperativas de catadores e da capacitação para a geração de renda.

- Em 2011 o projeto capacitou 83 alunos do ensino médio das escolas municipais de Diadema (SP).

Papai Noel Existe

Envolve todos os stakeholders da Companhia. O participante recebe uma carta de uma criança de uma das instituições beneficiadas e precisa apenas responder a carta no site www.papainoexiste.com, como se fosse o bom velhinho, que a EcoRodovias se responsabiliza por comprar o presente escolhido. Em cada uma das praças é realizada uma festa para a distribuição de alguns dos presentes, com a presença do Papai Noel e a participação dos colaboradores. Os outros presentes são enviados para as instituições, que se encarregam de distribuí-los.

- Em 2011, 73 instituições foram beneficiadas e 10.365 crianças atendidas

De Bem com a Via

Projeto criado para sensibilizar crianças e adolescentes sobre os perigos de brincar com pipas e bola às margens da rodovia. O Ecomóvel visita as comunidades lindeiras do Sistema Anchieta-Imigrantes, no município de Diadema (SP), levando espetáculos teatrais, música, jogos e brincadeiras focadas em educação para o trânsito. Em setembro de 2011 foi inaugurada uma mini-pista de trânsito dentro da Ecovias, extensão do Projeto De Bem com a Via, que tem o objetivo de sensibilizar as crianças de escolas municipais e estaduais sobre a importância de respeitar as regras de trânsito e não brincar às margens da rodovia.

- Em 2011, o projeto atendeu 8.503 pessoas.

Comentário do Desempenho

Educação Infantil no Trânsito

Projeto com objetivo de preparar e conscientizar os futuros condutores para uma direção defensiva, com segurança e responsabilidade, estreitando relações com os usuários da rodovia da Ecosul. A mini-pista é um projeto permanente, aberta à comunidade da região, em que crianças e escolas podem desfrutar da infra-estrutura com foco na educação no trânsito.

- Em 2011 o projeto contou com 890 crianças participantes de 17 escolas de Pelotas e região.

Acessa Comunidade

Projeto de Inclusão digital, que atua nas comunidades lindeiras à Rodovia dos Imigrantes, tem como objetivo apoiar a comunidade no acesso a Inclusão Digital, oferecendo recursos que possibilitem a informação e desenvolvimento. Além de disponibilizar computadores com acesso gratuito a internet, a concessionária disponibiliza, cursos de informática básica e seus colaboradores desenvolvem trabalho voluntário, em horário de expediente.

- Em 2011, 6.317 pessoas foram atendidas.

EMPRESAS DO GRUPO



Responsável pelo Sistema Anchieta-Imigrantes (SAI), a Ecovias dos Imigrantes é o corredor de exportação e importação para o Porto de Santos, ligando a região metropolitana de São Paulo ao Pólo Petroquímico de Cubatão, às indústrias do ABCD e à Baixada Santista. Em seus 176,8 km de extensão, passam mais de 56 milhões de veículos equivalentes pagantes no ano.



A Ecopistas é a concessionária que administra e opera o Corredor Ayrton Senna / Carvalho Pinto, ligação entre a Região Metropolitana de São Paulo com o Vale do Paraíba, a região serrana de Campos do Jordão, o Porto de São Sebastião e as praias do Litoral Norte. Com 134,9 km de extensão e movimento anual de mais de 70 milhões de veículos equivalentes pagantes, tornou-se uma das mais importantes vias para a distribuição da produção industrial das cerca de duas mil empresas instaladas na região do Vale do Paraíba.



Comentário do Desempenho

A concessionária Ecovia Caminho do Mar é responsável pelo conjunto de rodovias federais e estaduais que formam o corredor de transporte de bens do Paraná ao Porto de Paranaguá e ao turismo para o litoral do estado, através da BR-277, PR-508 e PR-407, com extensão de 136,8 km.



Adquirida pela EcoRodovias em fevereiro de 2008, a Ecocataratas faz a ligação entre os municípios de Guarapuava, Cascavel e Foz do Iguaçu (fronteira com Argentina e Paraguai), através de 387,1 quilômetros da BR-277. O trecho registrou, em 2010, mais de 23 milhões de veículos equivalentes pagantes.



Uma das maiores malhas viárias concedidas no Brasil é administrada pela Ecosul – Rodovias do Sul, com 623,8 km no Pólo Rodoviário de Pelotas. Além da importante ligação ao Porto de Rio Grande, a Ecosul – Rodovias do Sul também desempenha importante papel no turismo em direção ao litoral sul brasileiro, através da BR-116.

RELACIONAMENTO COM OS AUDITORES INDEPENDENTES

Em atendimento à instrução CVM 381/2003, informamos que a Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes foi contratada para prestação dos seguintes serviços em 2012: Auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas preparadas de acordo com as Práticas Contábeis Adotadas no Brasil; Revisão dos controles internos; Revisão Especial das Informações Trimestrais preparadas de acordo com as Práticas Contábeis Adotadas no Brasil; e auditoria contábil das demonstrações financeiras consolidadas de acordo com as normas internacionais de contabilidade - International Financial Reporting Standards, ou IFRS. Os honorários relativos a esses trabalhos são de R\$43. A Companhia não contratou os Auditores Independentes para trabalhos diversos daqueles correlatos da auditoria externa.

As informações no relatório de desempenho sobre EBTIDA, tráfego total de veículos e tráfego total de eixos equivalentes EBIT, margem EBTIDA, capex, número de veículos pagantes e margem EBIT não foram objeto de revisão especial pelos auditores independentes.

Notas Explicativas

ECORODOVIAS CONCESSÕES E SERVIÇOS S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS REFERENTES AO SEMESTRE FINDO EM 30 DE JUNHO DE 2012

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

1. INFORMAÇÕES GERAIS

EcoRodovias Concessões e Serviços S.A. (“Companhia”), anteriormente denominada Ecoporto Participações Ltda., foi constituída em 16 de maio de 2007 e tem por objetivo participar em outras companhias, na qualidade de sócia ou acionista. Mediante a incorporação das empresas ECSC - Centro de Serviços Corporativos Ltda. (“ECSC”) e ECSE - Centro de Serviços de Engenharia Ltda. (“ECSE”), os seguintes serviços passaram a ser prestados: prestação de serviços administrativos, financeiros, de recursos humanos, de tecnologia da informação, de engenharia e de compras corporativas. A sede da Companhia fica localizada na Rodovia dos Imigrantes (SP-160), km 28,5. As ações da Companhia não são negociadas na Bovespa.

As controladas diretas da Companhia estão sumariadas na nota explicativa nº 4.

2. BASE DE ELABORAÇÃO, APRESENTAÇÃO DAS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS E RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As informações contábeis intermediárias da Companhia compreendem:

- As informações contábeis intermediárias individuais elaboradas e apresentadas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 - Demonstração Intermediária e de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR, identificadas como “Individual - BR GAAP”.
- As informações contábeis intermediárias consolidadas elaboradas e apresentadas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 - Demonstração Intermediária e com a norma internacional IAS 34 - Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board - IASB, e de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR, identificadas como “Consolidado - IFRS e BR GAAP”.

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM.

As informações referentes às bases de elaboração e apresentação das informações trimestrais e ao resumo das principais práticas contábeis não sofreram alterações em relação àquelas divulgadas na Nota Explicativa nº 2 às Demonstrações Financeiras Anuais referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2011 (doravante denominadas de “Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2011”), publicadas no dia 16 de março de 2012 nos jornais Diário Oficial do Estado de São Paulo, Diário de Notícias e disponibilizadas por meio dos seguintes websites: www.cvm.gov.br, www.bmfbovespa.com.br e www.ecorodovias.com/ri.

Notas Explicativas

- As principais estimativas e julgamentos utilizadas são as seguintes:

A preparação das informações trimestrais individuais e consolidadas de acordo com as normas de IFRSs e as normas do CPC determinam que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As informações sobre incertezas sobre premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo exercício estão relacionadas, principalmente, aos seguintes aspectos: determinação de taxas de desconto a valor presente utilizado na mensuração de certos ativos e passivos de curto e longo prazos, determinação das taxas de amortização de ativos intangíveis obtidas através de estudos econômicos de projeção de tráfego, determinação de provisões para manutenção, determinação de provisões para investimentos futuros oriundos dos contratos de concessão cujos benefícios econômicos estejam diluídos nas tarifas de pedágio presentes, provisões para perdas tributárias, trabalhistas e cíveis, perdas relacionadas a contas a receber e a elaboração de projeções para realização de imposto de renda e contribuição social diferidos, as quais, apesar de refletirem o julgamento da melhor estimativa possível por parte da Administração da Companhia e de suas controladas, relacionadas à probabilidade de eventos futuros, podem eventualmente apresentar variações em relação aos dados e valores reais.

Estimativas e premissas são revistos de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

Contabilização de contratos de concessão

Na contabilização dos contratos de concessão a Companhia efetua análises que envolvem o julgamento da Administração, substancialmente, no que diz respeito à aplicabilidade da interpretação de contratos de concessão, determinação e classificação dos gastos de melhoria e construção como ativo intangível ou ativo financeiro e à avaliação dos benefícios econômicos futuros para fins de determinação do momento de reconhecimento dos ativos intangíveis gerados nos contratos de concessão. Os tratamentos contábeis para cada contrato de concessão da Companhia e suas características estão descritos na nota explicativa nº 33.

Momento de reconhecimento do ativo intangível

A Administração da Companhia avalia o momento de reconhecimento dos ativos intangíveis com base nas características econômicas de cada contrato de concessão. A contabilização de adições subsequentes ao ativo intangível somente ocorrerá quando da prestação de serviço de construção relacionado com ampliação/melhoria da infraestrutura que represente potencial de geração de receita adicional. Para esses casos, a obrigação da construção não é reconhecida na assinatura do contrato, mas o será no momento da construção, com contrapartida de ativo intangível.

Notas Explicativas

Determinação da carga de amortização anual dos ativos intangíveis oriundos dos contratos de concessão

A Companhia reconhece o efeito de amortização dos ativos intangíveis decorrentes dos contratos de concessão limitado ao prazo final das respectivas concessões. O cálculo é efetuado de acordo com o padrão de consumo do benefício econômico por ele gerado, que normalmente ocorre em virtude da curva de tráfego. Assim, a taxa de amortização é determinada através de estudos econômicos que buscam refletir o crescimento projetado de tráfego das rodovias e geração dos benefícios econômicos futuros oriundos de cada contrato de concessão.

A Companhia utiliza modelos econométricos para projeção de tráfego, que são periodicamente reavaliados analisando variáveis independentes para projeção, tais como variáveis macroeconômicas (Produto Interno Bruto - PIB, Índice de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, Índice Geral de Preços de Mercado - IGP-M, dólar, exportação e importação, índices de combustíveis, índices de confiança do consumidor, Índice de Preços ao Consumidor - IPC), setoriais (produção e venda de automóveis e veículos comerciais, PIB agrícola, PIB industrial, PIB serviços e índice ABCR), “commodities” (açúcar, soja em grão e em farelo, preço de petróleo WTI e Brent, movimentação de cargas de milho, complexo de soja e fertilizantes no porte de Paranaguá), clima (pluviometria e temperatura), sazonalidade (meses do ano, quantidade de feriados no mês e dia da semana do feriado) e variáveis estruturais (novas pistas e novas praças de pedágio). A Companhia utiliza mais de 50 modelos para estudo e projeção do tráfego nas rodovias sob sua concessão, nessas projeções não é considerado o potencial aumento de tráfego decorrente de realização de obras futuras.

Determinação das receitas de construção

Quando a concessionária presta serviços de construção, ela deve reconhecer a receita de construção pelo valor justo e os respectivos custos transformados em despesas relativas ao serviço de construção prestado e, dessa forma, por consequência, apurar margem de lucro. Na contabilização das margens de construção, a Administração da Companhia avalia questões relacionadas a responsabilidade primária pela prestação de serviços de construção, mesmo nos casos em que haja a terceirização dos serviços, custos de gerenciamento e/ou acompanhamento da obra e Empresa do Grupo que efetua os serviços de construção. Todas as premissas descritas são utilizadas para fins de determinação do valor justo das atividades de construção.

A Administração da Companhia entende que as receitas de construção estão registradas ao valor justo.

Provisão para manutenção referentes a contratos de concessão

A contabilização da provisão para manutenção, reparo e substituições nas rodovias é calculada com base na melhor estimativa de gasto para liquidar a obrigação presente na data do balanço, em contrapartida ao custo do período para manutenção ou recomposição da infraestrutura a um nível especificado de operacionalidade. O passivo, a valor presente, deve ser progressivamente registrado e acumulado para fazer face aos pagamentos a serem feitos durante a execução das manutenções.

Notas Explicativas

Determinação do ajuste ao valor presente de determinados ativos e passivos

Para determinados ativos e passivos que fazem parte das operações da Companhia, a Administração avalia e reconhece na contabilidade os efeitos de ajuste a valor presente levando-se em consideração o valor do dinheiro no tempo e as incertezas a eles associados. Em 30 de junho de 2012 e 31 de dezembro de 2011, os ativos e passivos sujeitos ao ajuste a valor presente, são como segue:

- Provisão para obras futuras decorrentes dos gastos estimados para cumprir com as obrigações contratuais da concessão cujos benefícios econômicos já estão sendo auferidos pela Companhia e provisão para manutenção decorrente dos custos estimados para cumprir com as obrigações contratuais da concessão relacionados à utilização e manutenção das rodovias em níveis preestabelecidos de utilização.
- Credores pela concessão: decorrentes das obrigações incorridas pela Companhia relacionadas ao direito de outorga. A mensuração e os critérios dos respectivos valores estão detalhados na nota explicativa nº 21.

A mensuração dos valores presentes dos saldos acima foi calculada através do método de projeção de fluxos de caixa nas datas em que se estima a saída de recursos para fazer frente às respectivas obrigações (estimados para todo o período de concessão) e descontados através da aplicação da taxa de desconto que varia entre 9,50% a 11,56% ao ano. A determinação da taxa de desconto utilizada pela Administração está baseada na média ponderada das captações do período.

- A demonstração de Fluxo de Caixa em 30 de junho de 2011 foi reclassificada em relação à sua última divulgação para contemplar a reclassificação abaixo:

	Saldo de 30/06/2011 originalmente apresentado	Reclassificação	Saldo de 30/06/2011 reapresentado
Fluxo de Caixa Consolidado			
Caixa Gerado nas Operações:			
Baixa e/Venda do ativo imobilizado e intangível	1.497	(51)	1.446
Caixa Líquido Atividades de Investimento:			
Recebimento pela Venda do Imobilizado	-	51	51

O balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2011 foi reclassificado em relação à sua última divulgação para contemplar a reclassificação abaixo:

	Saldo de 31/12/2011 originalmente apresentado	Reclassificação	Saldo de 31/12/2011 reapresentado
Balanço Patrimonial Consolidado			
Tributos Diferidos - Ativos	20.329	(15.074)	5.255
Tributos Diferidos Passivos	(21.354)	15.074	(6.280)

Notas Explicativas

3. NOVAS NORMAS, ALTERAÇÕES E INTERPRETAÇÕES DE NORMAS

Em 2012, algumas novas normas emitidas pelo IASB entraram em vigor, assim como outras normas emitidas entrarão em vigor nos exercícios de 2012 e de 2013. A Administração da Sociedade avaliou essas novas normas e, exceto quanto à aplicação das normas IFRS 10 - Demonstrações Financeiras Consolidadas e IFRS 11 – Joint Arrangements, não espera efeitos significativos sobre os valores reportados. Com a adoção das normas IFRS 10 e IFRS 11, é possível que a Sociedade não possa mais consolidar de forma proporcional algumas de suas controladas em conjunto. No entanto, a Administração ainda não completou a análise detalhada dessas normas nem quantificou os eventuais efeitos sobre as suas demonstrações financeiras.

O CPC ainda não havia editado determinados pronunciamentos que estavam ou estariam em vigor em ou após 30 de junho de 2012. Entretanto, em decorrência do compromisso do CPC em manter atualizado o conjunto de normas emitidas pelo IASB, espera-se que esses pronunciamentos e/ou alterações emitidos pelo IASB sejam aprovados para sua aplicação obrigatória.

4. INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

As informações trimestrais consolidadas incluem a Companhia e suas controladas majoritariamente detidas e as participações em entidades nas quais a Companhia é considerada a beneficiária primária, ou seja, a detentora dos principais riscos e benefícios (mesmo quando a Companhia não detenha a maioria das ações com direito a voto).

A seguir estão apresentadas as participações nas controladas consolidadas:

	<u>30/06/2012</u>	<u>31/12/2011</u>
Controladas diretas:		
Concessionária Ecovias dos Imigrantes S.A.	100%	100%
Concessionária Ecovia Caminho do Mar S.A.	100%	100%
Concessionária das Rodovias Ayrton Senna e Carvalho Pinto S.A. - Ecopistas	100%	100%
Empresa Concessionária de Rodovias do Sul S.A. - ECOSUL	90%	90%
Rodovia das Cataratas S.A. – Ecocataratas (vide nota explicativa 4. b)	100%	-

As atividades das controladas diretas são como segue:

a) Controladas diretas

- A Concessionária Ecovias dos Imigrantes S.A. (“Ecovias dos Imigrantes”) iniciou suas atividades em 29 de maio de 1998 e tem como objetivo social exclusivo a exploração, pelo regime de concessão, do sistema rodoviário constituído pelo Sistema Anchieta-Imigrantes, de acordo com os termos de concessão outorgados pelo Governo do Estado de São Paulo.
- A Concessionária Ecovia Caminho do Mar S.A. (“Ecovia Caminho do Mar”) foi constituída em 21 de outubro de 1997 e tem como atividade principal a exploração, sob o regime de concessão do Lote 006 do Programa de Concessão de Rodovias do Estado do Paraná.

Notas Explicativas

- A Concessionária das Rodovias Ayrton Senna e Carvalho Pinto S.A. - Ecopistas (“Ecopistas”), constituída em 27 de abril de 2009, iniciou suas atividades em 18 de junho de 2009 e tem como objeto social a operação, mediante percepção de pedágio e de receitas acessórias, nos termos e limites do contrato de concessão, do conjunto de pistas de rolamento do corredor Ayrton Senna-Carvalho Pinto.
- A Empresa Concessionária de Rodovias do Sul S.A. - ECOSUL (“Ecosul”) foi constituída em 19 de janeiro de 1998, com início de suas operações em 1º de março de 2001. Tem como objeto social exclusivo a exploração, pelo regime de concessão, de determinados trechos integrantes do denominado Polo de Pelotas.
- A Rodovia das Cataratas S.A. - Ecocataratas, constituída em 3 de novembro de 1997, tem por objeto social a exploração do Lote 003 da Rodovia BR-277, trecho de 387,1 km localizado entre o município de Guarapuava, na região central do Estado do Paraná, e o município de Foz do Iguaçu, no extremo oeste do mesmo Estado, conforme disposto em contrato de concessão assinado em 14 de novembro de 1997, resultante da Concorrência Pública Internacional nº 003/96 DER/PR, concedida pelo Estado do Paraná.

b) Reestruturação societária

Em 30 de março de 2012, a participação da controladora na Ecocataratas foi contribuída ao capital da Companhia, com base nos saldos contábeis em 29 de fevereiro de 2012, como segue:

	<u>R\$</u>
ATIVO	
CIRCULANTE	
Caixa e equivalentes de caixa	18.912
Clientes	7.889
Tributos a recuperar	213
Despesas antecipadas	860
Outros créditos	<u>285</u>
Total do ativo circulante	<u>28.159</u>
NÃO CIRCULANTE	
Tributos diferidos	44.827
Despesas antecipadas	391
Depósitos judiciais	2.130
Imobilizado	12.402
Intangível	<u>397.819</u>
Total do não circulante	<u>457.569</u>
TOTAL DO ATIVO	<u>485.728</u>

Notas Explicativas

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	
CIRCULANTE	
Arrendamento mercantil financeiro	202
Fornecedores	5.000
Obrigações sociais e trabalhistas	1.917
Impostos, taxas e contribuições a recolher	2.067
Provisão para manutenção	20.142
Provisão para imposto de renda e contribuição social	1.564
Dividendos e juros sobre o capital próprio a pagar	544
Outras contas a pagar	<u>1.274</u>
Total do passivo circulante	<u>32.710</u>
NÃO CIRCULANTE	
Arrendamento mercantil financeiro	20
Partes relacionadas – mútuo	69.715
Provisão para manutenção	71.958
Provisão para perdas tributárias, trabalhistas e cíveis	5.503
Tributos diferidos	384
Outras contas a pagar	<u>6</u>
Total do passivo não circulante	<u>147.586</u>
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	<u>305.432</u>
% de participação detido pela controladora	100,00%
SALDO DO INVESTIMENTO DA CONTROLADORA NA ECOCATARATAS	<u>305.432</u>

5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Controladora (BR GAAP)		Consolidado (IFRS e BR GAAP)	
	<u>30/06/2012</u>	<u>31/12/2011</u>	<u>30/06/2012</u>	<u>31/12/2011</u>
Caixa e bancos	172	5.057	17.241	26.354
Aplicações financeiras:				
Fundo exclusivo (a)	27.264	229.441	51.964	229.441
Certificado de Depósito Bancário - CDB (b)	<u>1.457</u>	<u>33.633</u>	<u>85.579</u>	<u>176.148</u>
	<u>28.893</u>	<u>268.131</u>	<u>154.784</u>	<u>431.943</u>

- (a) Fundo constituído na forma de fundo exclusivo, que se enquadra na categoria “renda fixa”, de acordo com a regulamentação vigente, cuja política de investimento tem como principal fator de risco a variação de taxa de juros doméstica ou índice de preços, ou ambos, e que tem como objetivo buscar valorização de suas cotas por meio da aplicação dos recursos em uma carteira de perfil conservador. Para atingir seus objetivos, o Fundo deverá possuir no mínimo 80% da carteira em ativos relacionada diretamente ao seu principal fator de risco conservador, sendo composta basicamente por títulos públicos e papéis de instituições privadas. Os saldos possuem conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor, e a Companhia possui o direito de resgate imediato.

Notas Explicativas

A composição da carteira do Fundo está representada por títulos de renda fixa de bancos de primeira linha e Letras Financeiras do Tesouro – LFT.

Caso o título ou valor mobiliário receba classificações diferentes, prevalecerá aquela mais conservadora.

O Fundo não pode realizar operações especulativas ou operações que o exponham a obrigações superiores ao valor de seu patrimônio líquido.

Além disso, o Fundo não pode estar exposto a determinados ativos, tais como ações, índice de ações e derivativos referenciados nestes, com exceção de operações que se utilizem de tais instrumentos para produzir rendimentos predeterminados.

A carteira do Fundo de títulos e valores mobiliários - vinculados está composta conforme segue:

	Controladora (BR GAAP) e Consolidado (IFRS e BR GAAP)	
	<u>30/06/2012</u>	<u>31/12/2011</u>
CDB	21.955	38.890
Operação compromissada	8.096	121.168
LFT	<u>21.913</u>	<u>69.383</u>
	<u>51.964</u>	<u>229.441</u>

- (b) Os recursos não vinculados se referem substancialmente a aplicações financeiras em CDB, remunerados a taxas que variam entre 99,8% e 102,3% do CDI, sem o risco de mudança significativa do valor. Os prazos de resgate variam entre um e três meses em média e possuem liquidez imediata, e a Companhia possui o direito de resgate imediato. A Companhia possui ainda aplicação financeira no Itaú Unibanco, no qual os recursos disponíveis no final do mês são automaticamente aplicados e remunerados à taxa de 20,0% do Certificado de Depósito Interbancário - CDI, sem o risco de mudança significativa do valor. A referida aplicação possui liquidez imediata. Para 30 de junho de 2012 o valor aplicado nessa modalidade é de R\$13.903 (31 de dezembro de 2011 de R\$5.560).

6. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS - VINCULADOS - CONSOLIDADO (IFRS E BR GAAP)

Os títulos e valores mobiliários são investimentos temporários circulantes, representados por títulos de alta liquidez.

	<u>30/06/2012</u>	<u>31/12/2011</u>
CDB	<u>68.430</u>	<u>67.307</u>
Circulante	<u>26.189</u>	<u>30.106</u>
Não circulante	<u>42.241</u>	<u>37.201</u>

Formados por CDB e remunerados a taxas que variam entre 96,7% e 104,2% do CDI e refletem as condições de mercado no fim de cada período. Embora as aplicações possuam liquidez imediata, foram classificadas como títulos e valores mobiliários - vinculados por estarem vinculadas ao processo de liquidação de remuneração das debêntures das controladas Ecovias dos Imigrantes e Ecopistas como garantia de recursos para pagamento de juros e principal (vide nota explicativa nº 18).

Notas Explicativas**7. CLIENTES - CONSOLIDADO (IFRS E BR GAAP)**

Representados substancialmente por valores a receber de pedágio eletrônico, locação de painéis publicitários, ocupação de faixa de domínio, acessos e outros serviços decorrentes da utilização e exploração da faixa de domínio das rodovias.

A composição está assim representada:

	<u>30/06/2012</u>	<u>31/12/2011</u>
Pedágio eletrônico - concessionárias (*)	55.797	58.360
Cupons de pedágio	4.850	4.104
Locações	4.205	2.268
Outras contas a receber	<u>3.030</u>	<u>1.593</u>
	<u>67.882</u>	<u>66.325</u>

Em 30 de junho de 2012, a Administração, com base em sua avaliação do risco de crédito e histórico de recebimento dos clientes, entende que não se faz necessária a constituição de provisão para créditos de liquidação duvidosa sobre o saldo de clientes.

(*) A parte relacionada Serviços de Tecnologia de Pagamentos S.A. - STP, controlada direta da EcoRodovias Infraestrutura e Logística, presta serviços de administração à gestão dos meios de pagamentos “Sem Parar”.

O “aging list” das contas a receber está assim representado:

	<u>30/06/2012</u>	<u>31/12/2011</u>
A vencer	67.766	66.307
Vencidos:		
Até 30 dias	47	17
De 31 a 60 dias	<u>69</u>	<u>1</u>
	<u>67.882</u>	<u>66.325</u>

8. TRIBUTOS A RECUPERAR

	Controladora (BR GAAP)		Consolidado (IFRS e BR GAAP)	
	<u>30/06/2012</u>	<u>31/12/2011</u>	<u>30/06/2012</u>	<u>31/12/2011</u>
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	8.549	9.550	11.031	10.062
Outros	<u>110</u>	<u>113</u>	<u>1.437</u>	<u>312</u>
	<u>8.659</u>	<u>9.663</u>	<u>12.468</u>	<u>10.374</u>

Notas Explicativas**9. DIVIDENDOS E JUROS SOBRE O CAPITAL PRÓPRIO A RECEBER - CONTROLADORA (BR GAAP)**

Em 30 de junho de 2012, a Companhia possui R\$143.598 (R\$203.327 em 31 de dezembro de 2011) referentes a dividendos e juros sobre capital próprio a receber, conforme segue:

	<u>30/06/2012</u>	<u>31/12/2011</u>
Concessionária Ecovias dos Imigrantes S.A. - dividendos e juros sobre o capital próprio	136.846	196.653
Concessionária Ecovia Caminho do Mar S.A. - juros sobre o capital próprio	160	81
Concessionária das Rodovias Ayrton Senna e Carvalho Pinto S.A. - Ecopistas - dividendos	<u>6.592</u>	<u>6.593</u>
	<u>143.598</u>	<u>203.327</u>

A movimentação dos dividendos e juros sobre capital próprio a receber no semestre findo em 30 de junho de 2012 está apresentada a seguir:

	<u>31/12/2011</u>	<u>Propostos</u>	<u>Recebidos</u>	<u>30/06/2012</u>
Concessionária Ecovias dos Imigrantes S.A	196.653	10.862	(70.670)	136.845
Concessionária Ecovia Caminho do Mar S.A.	81	20.373	(20.294)	160
Concessionária das Rodovias Ayrton Senna e Carvalho Pinto S.A. - Ecopistas	6.593	-	-	6.593
Empresa Concessionária de Rodovias do Sul S.A. - ECOSUL	-	17.885	(17.885)	-
	<u>203.327</u>	<u>49.120</u>	<u>(108.849)</u>	<u>143.598</u>

10. DEPÓSITOS JUDICIAIS - CONSOLIDADO (IFRS E BR GAAP)

Os depósitos judiciais, que representam ativos restritos da Companhia, correspondem a quantias depositadas e mantidas em juízo até a solução dos litígios aos quais estão relacionadas.

	<u>30/06/2012</u>	<u>31/12/2011</u>
Saldos iniciais	6.640	4.072
Reestruturação societária (*)	2.130	-
Adições	989	3.811
Baixas	(841)	(2.735)
Atualização monetária	<u>967</u>	<u>1.492</u>
Saldos finais	<u>9.885</u>	<u>6.640</u>

(*) Vide nota explicativa nº 4.b)

Notas Explicativas

11. INVESTIMENTOS - CONTROLADORA (BR GAAP)

	Valores das investidas 30/06/2012		Percentual de participação direta - %		Investimento		Equivalência	
	Patrimônio Líquido	Resultado do semestre	30/06/2012	31/12/2011	30/06/2012	31/12/2011	30/06/2012	30/06/2011
Concessionária Ecovias dos Imigrantes S.A.	485.437	123.794	100%	100%	485.438	372.483	123.794	109.123
Concessionária Ecovia Caminho do Mar S.A.	41.192	32.854	100%	100%	41.192	28.696	32.854	28.660
Concessionária das Rodovias Ayrton Senna e Carvalho Pinto - Ecopistas	223.560	10.586	100%	100%	223.560	212.945	10.586	7.751
Rodovia das Cataratas S.A. - Ecocataratas (*)	319.849	21.196	100%	-	319.849	-	14.380	-
Empresa Concessionária de Rodovias do Sul - ECOSUL	35.502	24.937	90%	90%	31.953	27.374	22.444	21.223
Concessionária Ecovias dos Imigrantes S.A. - ágio	-	-	-	-	74.179	76.566	-	-
					<u>1.176.171</u>	<u>718.064</u>	<u>204.058</u>	<u>166.757</u>

(*) Refere-se à equivalência patrimonial do período de 1º de março a 30 de junho de 2012, decorrente da operação descrita na nota explicativa nº4. b).

Notas Explicativas

A movimentação dos investimentos no período findo em 30 de junho de 2011 está apresentada a seguir:

	31/12/2010	Dividendos	Amortização de ágio	Equivalência patrimonial	30/06/2011
Concessionária Ecovias dos Imigrantes S.A.	447.873	(60.598)	-	109.123	496.398
Concessionária Ecovia Caminho do Mar S.A.	41.630	(5.557)	-	28.660	64.733
Concessionária de Rodovias Ayrton Senna e Carvalho Pinto S.A - Ecopistas	198.938	(1.713)	-	7.751	204.976
Empresa Concessionária de Rodovias do Sul S.A - Ecosul	59.973	(27.000)	-	21.223	54.196
Concessionária Ecovias dos Imigrantes S.A. - ágio	<u>81.110</u>	<u>-</u>	<u>(2.274)</u>	<u>-</u>	<u>78.836</u>
	<u>829.524</u>	<u>(94.868)</u>	<u>(2.274)</u>	<u>166.757</u>	<u>899.139</u>

A movimentação dos investimentos no semestre findo em 30 de junho de 2012 está apresentada a seguir:

	31/12/2011	Reestruturação Societária (*)	Dividendos e JSCP Propostos	Amortização de ágio (**)	Plano de opção com base em ações	Equivalência patrimonial	30/06/2012
Concessionária Ecovias dos Imigrantes S.A.	372.483	-	(10.862)	-	23	123.794	485.438
Concessionária Ecovia Caminho do Mar S.A.	28.696	-	(20.373)	-	15	32.854	41.192
Concessionária de Rodovias Ayrton Senna e Carvalho Pinto S.A - Ecopistas	212.945	-	-	-	29	10.586	223.560
Empresa Concessionária de Rodovias do Sul S.A. - ECOSUL	27.374	-	(17.885)	-	20	22.444	31.953
Rodovia das Cataratas S.A. - Ecocataratas	-	305.432	-	-	37	14.380	319.849
Concessionária Ecovias dos Imigrantes S.A. - ágio	<u>76.566</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(2.387)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>74.179</u>
	<u>718.064</u>	<u>305.432</u>	<u>(49.120)</u>	<u>(2.387)</u>	<u>124</u>	<u>204.058</u>	<u>1.176.171</u>

(*) Vide nota explicativa nº 4.b).

(**) A amortização dos ativos intangíveis oriundos dos direitos de concessão é reconhecida ao resultado através da projeção de curva de tráfego estimada para o período de concessão a partir da data em que estes estão disponíveis para uso, já que esse método é o que mais reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. As taxas de amortização em 30 de junho de 2012 em média foram de 5,17% a.a. (4,87% a.a. em 31 de dezembro de 2011).

Os principais saldos das controladas (totais de ativos, passivos, receitas e lucro do exercício) estão apresentados na nota explicativa nº 39.

Notas Explicativas

Notas Explicativas

12. IMOBILIZADO

a) Controladora (BR GAAP)

	<u>Hardware e equipamentos</u>	<u>Máquinas e equipamentos</u>	<u>Móveis e utensílios</u>	<u>Terrenos</u>	<u>Edificações</u>	<u>Outros</u>	<u>Total</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2010	944	140	432	300	99	529	2.444
Adições	271	125	7	541	-	15	959
Baixas	-	-	-	-	-	(377)	(377)
Depreciação	<u>(207)</u>	<u>(20)</u>	<u>(32)</u>	<u>-</u>	<u>(14)</u>	<u>(10)</u>	<u>(283)</u>
Saldos em 31 de junho de 2011	<u>1.008</u>	<u>245</u>	<u>407</u>	<u>841</u>	<u>85</u>	<u>157</u>	<u>2.743</u>
Taxas médias anuais de depreciação - %	20,0	10,0	10,0	-	4,0	10,0	

	<u>Hardware e equipamentos</u>	<u>Máquinas e equipamentos</u>	<u>Móveis e utensílios</u>	<u>Terrenos</u>	<u>Edificações</u>	<u>Outros</u>	<u>Total</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2011	1.576	282	459	1.705	8.278	653	12.953
Adições	1.826	69	41	437	27	564	2.964
Baixas	-	-	-	-	-	(472)	(472)
Transferências	3.237	-	-	-	-	-	3.237
Depreciação	<u>(475)</u>	<u>(32)</u>	<u>(38)</u>	<u>-</u>	<u>(172)</u>	<u>(18)</u>	<u>(735)</u>
Saldos em 30 de junho de 2012	<u>6.164</u>	<u>319</u>	<u>462</u>	<u>2.142</u>	<u>8.133</u>	<u>727</u>	<u>17.947</u>
Taxas médias anuais de depreciação - %	20,0	10,0	10,0	-	4,0	10,0	

Notas Explicativas

b) Consolidado (IFRS e BR GAAP)

	Hardware e equipamentos de pedágio	Máquinas e equipamentos	Móveis e utensílios	Terrenos	Edificações	Outros	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2010	37.310	6.665	4.370	3.661	8.930	11.725	72.661
Adições	6.483	1.729	237	541	28	867	9.885
Baixas	(2)	(6)	(5)	-	-	(929)	(942)
Depreciação	<u>(5.530)</u>	<u>(734)</u>	<u>(304)</u>	<u>-</u>	<u>(430)</u>	<u>(530)</u>	<u>(7.528)</u>
Saldos em 30 de junho de 2011	<u>38.261</u>	<u>7.654</u>	<u>4.298</u>	<u>4.202</u>	<u>8.528</u>	<u>11.133</u>	<u>74.076</u>
Taxas médias anuais de depreciação - %	20,0	10,0	10,0	-	4,5	13,1	

	Hardware e equipamentos de pedágio	Máquinas e equipamentos	Móveis e utensílios	Terrenos	Edificações	Outros	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2011	43.454	7.152	4.529	5.066	16.303	12.781	89.285
Reestruturação societária (*)	2.751	1.059	645	-	3.515	4.432	12.402
Adições	7.007	1.536	255	437	137	2.887	12.259
Baixas	-	(21)	(5)	-	-	(1.170)	(1.196)
Transferências	3.533	-	-	-	152	(1.546)	2.139
Depreciação	<u>(7.368)</u>	<u>(858)</u>	<u>(356)</u>	<u>-</u>	<u>(718)</u>	<u>(974)</u>	<u>(10.274)</u>
Saldos em 30 de junho de 2012	<u>49.377</u>	<u>8.868</u>	<u>5.068</u>	<u>5.503</u>	<u>19.389</u>	<u>16.410</u>	<u>104.615</u>
Taxas anuais médias de depreciação - %	20,0	10,0	10,0	-	4,5	13,1	

(*) Vide nota explicativa nº 4.b).

A Administração da Companhia efetua análise periódica do prazo de vida útil-econômica remanescente dos bens do ativo imobilizado e não identificou diferenças significativas na vida útil-econômica dos bens que integram seu ativo imobilizado e o de suas controladas.

Notas Explicativas

13. INTANGÍVEL

a) Controladora (BR GAAP)

	<u>Intangível em andamento</u>	<u>Software</u>	<u>Total</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2010	619	13.126	13.745
Adições	3.816	1.460	5.276
Amortização	<u>-</u>	<u>(2.298)</u>	<u>(2.298)</u>
Saldos em 30 de junho de 2011	<u>4.435</u>	<u>12.288</u>	<u>16.723</u>
Taxas médias anuais de amortização - %	-	20%	-
	<u>Intangível em andamento</u>	<u>Software</u>	<u>Total</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2011	1.101	13.441	14.542
Adições	2.256	1.957	4.213
Transferências	(3.237)	-	(3.237)
Amortização	<u>-</u>	<u>(2.488)</u>	<u>(2.488)</u>
Saldos em 30 de junho de 2012	<u>120</u>	<u>12.910</u>	<u>13.030</u>
Taxas médias anuais de amortização - %	-	20%	-

Notas Explicativas

Consolidado (IFRS e BR GAAP)

	Contratos de concessão	Obras em andamento	Software	Outros	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2010	1.863.511	1.410	15.061	2	1.879.984
Adições	68.010	13.083	1.723	-	82.816
Baixas	(553)	-	-	(2)	(555)
Transferências	77	(77)	-	-	-
Amortização	<u>(41.554)</u>	<u>-</u>	<u>(2.590)</u>	<u>-</u>	<u>(44.144)</u>
Saldos em 30 de junho de 2011	<u>1.889.491</u>	<u>14.416</u>	<u>14.194</u>	<u>-</u>	<u>1.918.101</u>
Taxas médias anuais de amortização - %	(**)	-	20%	-	
	Contratos de concessão	Obras em andamento	Software	Outros	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2011	1.954.077	5.324	15.202	-	1.974.603
Reestruturação societária (*)	397.354	303	153	9	397.819
Adições	88.220	7.877	2.071	-	98.168
Baixas	(2.539)	(357)	-	-	(2.896)
Transferências	2.323	(4.457)	(5)	-	(2.139)
Amortização	<u>(59.147)</u>	<u>-</u>	<u>(2.806)</u>	<u>-</u>	<u>(61.953)</u>
Saldos em 30 de junho de 2012	<u>2.380.288</u>	<u>8.690</u>	<u>14.615</u>	<u>9</u>	<u>2.403.602</u>
Taxas médias anuais de amortização - %	(**)		20%	-	-

(*) Vide nota explicativa nº 4.b).

(**) A amortização dos ativos intangíveis oriundos dos direitos de concessão é reconhecida no resultado através da projeção de curva de tráfego estimada para o período de concessão a partir da data em que eles estão disponíveis para uso, método que reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. As taxas de amortização em 30 de junho de 2012 em média foram de 5,17% (4,87% em 31 de dezembro de 2011).

Os itens referentes ao contrato de concessão compreendem a infraestrutura rodoviária, o direito de outorga e outros.

Notas Explicativas**14. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL SOBRE O LUCRO****a) Tributos diferidos**

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são registrados para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis às diferenças temporais entre a base fiscal de ativos e passivos e seu valor contábil.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos foram constituídos considerando a alíquota de 34% (imposto de renda e contribuição social) vigente e têm a seguinte composição:

	Controladora	Consolidado	
	(BR GAAP)	(IFRS e BR GAAP)	
	<u>30/06/2012</u>	<u>30/06/2012</u>	<u>31/12/2011</u>
Ativos			
Provisão para perdas tributárias, trabalhistas e cíveis	-	10.417	9.081
Provisão para manutenção e amortização do intangível	-	42.934	1.836
Ágio (benefício fiscal da incorporação da Ecosul Participações)	-	4.043	4.190
Juros capitalizados	-	1.050	591
Ônus da concessão	-	3.936	3.979
Outros	-	<u>945</u>	<u>652</u>
	-	63.325	20.329
Passivos			
Juros capitalizados	(6)	(6.271)	(2.011)
Ônus da concessão	-	994	(2.497)
Provisão para manutenção	-	(24.419)	(16.114)
Outros	-	<u>(228)</u>	<u>(732)</u>
	(6)	(29.924)	(21.354)
Ativo diferido	-	<u>45.219</u>	<u>5.255</u>
Passivo diferido	(6)	<u>(11.818)</u>	<u>(6.280)</u>

b) Imposto de renda e contribuição social no resultado

Foram registrados no resultado dos semestres os seguintes montantes de imposto de renda e contribuição social, correntes e diferidos:

	Controladora		Consolidado	
	(BR GAAP)		(IFRS e BR GAAP)	
	<u>30/06/2012</u>	<u>30/06/2011</u>	<u>30/06/2012</u>	<u>30/06/2011</u>
Varição no:				
Imposto de renda corrente	(3.631)	(920)	(69.676)	(56.030)
Imposto de renda diferido	<u>(4)</u>	<u>(526)</u>	<u>(7.259)</u>	<u>(4.963)</u>
	<u>(3.635)</u>	<u>(1.446)</u>	<u>(76.935)</u>	<u>(60.993)</u>
Varição na:				
Contribuição social - corrente	(1.347)	(365)	(25.306)	(20.335)
Contribuição social - diferida	<u>(2)</u>	<u>(450)</u>	<u>(2.611)</u>	<u>(2.050)</u>
	<u>(1.349)</u>	<u>(815)</u>	<u>(27.917)</u>	<u>(22.385)</u>

Notas Explicativas

c) Conciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social

Foram registrados no resultado dos semestres os seguintes montantes de imposto de renda e contribuição social, correntes e diferidos:

	Controladora (BR GAAP)		Consolidado (IFRS e BR GAAP)	
	<u>30/06/2012</u>	<u>30/06/2011</u>	<u>30/06/2012</u>	<u>30/06/2011</u>
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	218.093	171.113	320.455	254.588
Alíquota	<u>34%</u>	<u>34%</u>	<u>34%</u>	<u>34%</u>
Despesa de imposto de renda e contribuição social pelas alíquotas vigentes	(74.152)	(58.178)	(108.955)	(86.560)
Equivalência patrimonial	69.380	56.697	-	-
Juros sobre o capital próprio	-	-	4.343	4.125
Amortização ágio investimento - Ecovias	(811)	-	(811)	-
Imposto de renda e contribuição social sobre as adições permanentes	<u>599</u>	<u>(780)</u>	<u>571</u>	<u>(943)</u>
Despesa do imposto de renda e da contribuição social	<u>(4.984)</u>	<u>(2.261)</u>	<u>(104.852)</u>	<u>(83.378)</u>
Despesa do imposto de renda e da contribuição social correntes	(4.978)	(1.285)	(94.982)	(76.365)
Despesa do imposto de renda e da contribuição social diferidos	(6)	(976)	(9.870)	(7.013)

15. IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER

	Controladora (BR GAAP)		Consolidado (IFRS e BR GAAP)	
	<u>30/06/2012</u>	<u>31/12/2011</u>	<u>30/06/2012</u>	<u>31/12/2011</u>
Impostos sobre faturamento:				
ISS	99	100	5.955	5.815
Cofins	516	446	4.075	3.914
PIS	112	97	883	848
ISS na fonte	4	9	942	846
Outros impostos	<u>412</u>	<u>172</u>	<u>2.973</u>	<u>2.773</u>
	<u>1.143</u>	<u>824</u>	<u>14.828</u>	<u>14.196</u>

Notas Explicativas**16. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS - CONSOLIDADO (IFRS E BR GAAP)**

<u>Credor</u>	<u>Vencimento final</u>	<u>Taxa média de juros</u>	<u>30/06/2012</u>	<u>31/12/2011</u>
Em moeda nacional:				
Capital de giro (b)	Novembro de 2012	109% do CDI	84.656	80.883
Capital de giro	Mai de 2012	107,7% do CDI	-	6.213
Capital de giro (c)	Novembro de 2012	110,2% do CDI	37.536	35.461
BNDES (a)	Junho de 2021	TJLP + 2,45% a.a.	91.666	96.765
Capital de giro (d)	Outubro de 2014	CDI + 2,032% a.a.	<u>41.815</u>	<u>39.565</u>
			<u>255.673</u>	<u>258.887</u>
Circulante			<u>154.720</u>	<u>146.406</u>
Não circulante			<u>100.953</u>	<u>112.481</u>

Os vencimentos das parcelas não circulantes têm a seguinte distribuição, por ano:

	<u>30/06/2012</u>	<u>31/12/2011</u>
2013	13.965	22.274
2014	23.071	22.541
2015	9.833	9.303
2016	9.833	9.303
Posterior a 2016	<u>44.251</u>	<u>49.060</u>
	<u>100.953</u>	<u>112.481</u>

Descrição dos principais contratos de empréstimos e financiamentos bancários vigentes:

- a) Em fevereiro de 2011, a controlada direta Ecopistas firmou contrato com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES de R\$355.396 divididos em 12 subcréditos, destinados a investimentos relativos à recuperação, conservação especial, implantação de melhorias e ampliação da capacidade do corredor formado pelas Rodovias Ayrton Senna e Carvalho Pinto. Foi liberado o 1º subcrédito de R\$79.200, e a amortização se dará mensalmente de janeiro de 2012 a setembro de 2021, em 114 parcelas. Entre outras, em garantia do empréstimo, a controlada direta Ecopistas cedeu todos os direitos de crédito, presentes e futuros, decorrentes da prestação dos serviços de exploração, operação, conservação e construção das praças de pedágio instaladas no sistema rodoviário e todas as receitas acessórias associadas ou decorrentes da concessão das Rodovias Ayrton Senna-Carvalho Pinto, incluindo, sem limitação a, as receitas de pedágio e todas e quaisquer indenizações a serem recebidas nos termos das garantias e apólices de seguro de lucros cessantes contratadas nos termos do contrato de concessão. Os índices financeiros exigidos são: (i) a razão entre o patrimônio líquido e o passivo total deve ser superior a 20%, (ii) índice de cobertura do serviço da dívida deve ser igual ou superior a 1,20 e (iii) razão entre a dívida líquida e o EBTIDA ajustado deve ser inferior à 4,00. Os índices financeiros exigidos foram atendidos em 30 de junho de 2012.

Notas Explicativas

- b) O empréstimo refere-se à captação para capital de giro pelas controladas Ecovia Caminho do Mar e Ecosul, a qual não exige a manutenção de índices financeiros (“covenants”). Para os empréstimos foram oferecidos avais como garantia de liquidação pela Companhia.

Para as operações de empréstimo foram oferecidos avais como garantia de liquidação pela Companhia e a cessão dos direitos creditórios dos recebíveis dos pedágios, caso o pagamento das notas promissórias não seja efetuado.

- c) Em 11 de novembro de 2011, a controlada Ecovia Caminho do Mar celebrou contrato de cédula de crédito bancário de R\$44.000, com a finalidade de capital de giro. A Ecovia Caminho do Mar, por meio de um aditivo de contrato, prorrogou o empréstimo de R\$35.000, com vencimento em novembro de 2012.
- d) Em novembro de 2011, a controlada direta Ecosul celebrou contrato de R\$36.000, com a finalidade de capital de giro, em que a Companhia será sua avalista, com vencimento em novembro de 2012.

Para o empréstimo da Ecosul, exige-se a manutenção de índices financeiros (“covenants”). A razão entre seu endividamento líquido e seu “Earnings Before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization - EBITDA” deverá ser menor ou igual a 1,5 e a razão entre o EBITDA e o serviço da dívida líquida deverá ser maior ou igual a 1,5. Os índices financeiros exigidos foram atendidos em 30 de junho de 2012. Entre outras, em garantia do empréstimo, a controlada direta Ecosul fez cessão fiduciária dos direitos creditórios do pedágio e tem como avalista a controladora direta EcoRodovias.

17. ARRENDAMENTO MERCANTIL FINANCEIRO - CONSOLIDADO (IFRS E BR GAAP)

As obrigações de arrendamento são garantidas de forma eficaz, uma vez que o ativo arrendado é revertido para o arrendador no caso de inadimplência.

As obrigações financeiras são compostas como segue:

	<u>30/06/2012</u>	<u>31/12/2011</u>
Obrigações brutas de arrendamento financeiro - pagamentos mínimos de arrendamento:		
Menos de um ano	779	892
Mais de um ano e menos de cinco anos	<u>-</u>	<u>191</u>
	779	1.083
Encargos de financiamento futuros sobre os arrendamentos financeiros	<u>4</u>	<u>7</u>
Obrigações de arrendamento financeiro - saldo contábil	<u>783</u>	<u>1.090</u>
Circulante	<u>783</u>	<u>900</u>
Não circulante	<u>-</u>	<u>190</u>

A contrapartida dos saldos de arrendamento mercantil financeiro está registrada na rubrica “Ativo imobilizado”, representa em 30 de junho de 2012 R\$1.584 (R\$1.554 em 31 de dezembro de 2011), e refere-se a equipamentos e caminhões.

Notas Explicativas

18. DEBÊNTURES

A posição das debêntures está resumida a seguir:

	Controladora (BR GAAP)		Consolidado (IFRS e BR GAAP)	
	30/06/2012	31/12/2011	30/06/2012	31/12/2011
Principal corrigido	343.706	434.414	1.020.055	1.155.215
Remuneração (juros)	10.249	9.423	50.437	51.518
Custos com emissão de debêntures	<u>(2.642)</u>	<u>(3.709)</u>	<u>(16.255)</u>	<u>(18.419)</u>
	<u>351.313</u>	<u>440.128</u>	<u>1.054.237</u>	<u>1.188.314</u>
Circulante	<u>245.744</u>	<u>191.589</u>	<u>421.097</u>	<u>366.008</u>
Não circulante	<u>105.569</u>	<u>248.539</u>	<u>633.140</u>	<u>822.306</u>

A Companhia concluiu, em 23 de dezembro de 2009, a emissão de R\$600.000 em debêntures em três séries, sendo a primeira de R\$460.750, com prazo de vencimento de 42 meses e vencimento final em 15 de maio de 2013, e a segunda e terceira série no montante de R\$69.625 cada uma, com prazo de vencimento de 66 e 72 meses e vencimentos finais em 15 de maio e 15 de novembro de 2015, respectivamente.

A primeira série, ofertada ao mercado local, tem remuneração vinculada a 100% do CDI, acrescido de 1,5% ao ano, paga semestralmente, e foi precificada utilizando conceitos inseridos na Instrução CVM nº 404/04.

A segunda e terceira séries, também ofertadas ao mercado local, têm remuneração vinculada à variação do IPCA e remuneração correspondente a 8,75% ao ano, pagas anualmente com diferença de seis meses entre elas.

Essa operação tem classificação de risco brAA+ da Standard & Poors.

A controlada direta Ecovias dos Imigrantes concluiu, em 21 de dezembro de 2006, a emissão de R\$450.000 em debêntures em três séries, sendo a primeira de R\$135.000, com prazo de vencimento de 84 meses e vencimento final em 1º de novembro de 2013, e a segunda e terceira séries de R\$157.500 cada uma, com prazo de vencimento de 90 e 96 meses com vencimentos finais em 1º de maio e 1º de novembro de 2014, respectivamente.

A primeira série, ofertada ao mercado local, tem remuneração vinculada a 104% do CDI, paga semestralmente, e foi precificada utilizando conceitos inseridos na Instrução CVM nº 404/04.

A segunda e terceira séries, também ofertadas ao mercado local, têm remuneração vinculada à variação do IGP-M e remuneração correspondente a 9,5% ao ano, pagas anualmente com diferença de seis meses entre as duas séries.

Notas Explicativas

Essa operação tem classificação de risco “brAA+” da Standard & Poors.

A controlada Ecopistas concluiu, em 15 de janeiro de 2011, a emissão de R\$370.000 em debêntures em quatro séries, sendo a primeira no valor nominal de R\$92.500, com prazo de vencimento de 145 meses e vencimento final em 15 de janeiro de 2023, a segunda no valor nominal de R\$92.500, com prazo de vencimento de 136 meses e vencimento final em 15 de abril de 2022, a terceira no valor nominal de R\$92.500, com prazo de vencimento de 139 meses e vencimento final em 15 de julho de 2022, e a quarta no valor nominal de R\$92.500, com prazo de vencimento de 142 meses e vencimento final em 15 de outubro de 2022.

As quatro séries, ofertadas ao mercado local, tem remuneração vinculada ao IPCA + 8,25%, paga semestralmente, e foi precificada utilizando conceitos inseridos na Instrução CVM nº 404/04.

Essa operação tem classificação de risco brAA+ da Standard & Poors.

As principais características das debêntures emitidas são:

<u>Descrição</u>	<u>Companhia</u>	<u>Ecovias dos Imigrantes</u>	<u>Ecopistas</u>
Forma e conversibilidade	Nominativa e escritural, simples, não conversível em ações	Nominativa e escritural, simples, não conversível em ações	Nominativa e escritural, não conversível em ações
Quantidade emitida	600.000 (em três séries)	45.000 (em três séries)	370 (em quatro séries)
Valor nominal unitário na data de emissão	R\$1	R\$10	R\$1.000
Valor nominal unitário atualizado em 30 de junho de 2012	1ª série - não atualizável 2ª série - R\$1,17 3ª série - R\$1,27	1ª série - não atualizável 2ª série - R\$5,76 3ª série - R\$9,04	1ª série - R\$1.131 2ª série - R\$1.094 3ª série - R\$1.216 4ª série - R\$1.224
Fator de atualização do valor nominal unitário	1ª série - não atualizável 2ª e 3ª séries - IPCA	1ª série - não atualizável 2ª e 3ª séries - IGP-M	1ª, 2ª, 3ª e 4ª séries - IPCA + 8,25% a.a.
Remuneração (juros e correção)	1ª série - 100% do CDI + 1,5% ao ano 2ª e 3ª séries - 8,75% ao ano (252 dias) sobre o valor nominal unitário atualizado	1ª série - 104% do CDI 2ª e 3ª séries - 9,5% ao ano (252 dias) sobre o valor nominal unitário atualizado	1ª, 2ª, 3ª e 4ª séries - juros remuneratórios a serem definidos em processo de “bookbuilding”, com taxa-teto correspondente ao cupom da NTN-B 2017 + 2,20% a.a. (252 dias úteis)
Vencimento da remuneração (juros e correção)	1ª série: parcelas semestrais (15/05/10 a 15/11/13) 2ª série: parcelas anuais (15/05/11 a 15/05/15) 3ª série: parcelas anuais (15/11/10 a 15/11/15)	1ª série: parcelas semestrais (01/05/07 a 01/05/13) 2ª série: parcelas anuais (01/05/08 a 01/05/14) 3ª série: parcelas anuais (01/11/07 a 01/11/14)	1ª série: anualmente, em 11 parcelas (15/01/13 a 15/01/23) 2ª série: anualmente, em 11 parcelas (15/04/12 a 15/04/22) 3ª série: anualmente, em 11 parcelas (15/07/12 a 15/07/22) 4ª série: anualmente, em 11 parcelas (15/10/12 a 15/10/22)
Vencimento da amortização	1ª série: parcelas semestrais (15/05/11 a 15/11/13) 2ª série: parcelas anuais (15/05/13 a 15/05/15) 3ª série: parcelas anuais (15/11/13 a 15/11/15)	1ª série: parcelas semestrais (01/05/10 a 01/11/13) 2ª série: parcelas anuais (01/05/10 a 01/05/14) 3ª série: parcelas anuais (01/11/10 a 01/11/14)	1ª série: anualmente, em 11 parcelas (15/01/13 a 15/01/23) 2ª série: anualmente, em 11 parcelas (15/04/12 a 15/04/22) 3ª série: anualmente, em 11 parcelas (15/07/12 a 15/07/22) 4ª série: anualmente, em 11 parcelas (15/10/12 a 15/10/22)

Notas Explicativas

<u>Descrição</u>	<u>Companhia</u>	<u>Ecovias dos Imigrantes</u>	<u>Ecopistas</u>
Reserva para pagamento da amortização e da remuneração (juros e correção)	Não aplicável	Retenção em conta de depósito (aplicação) vinculado de 50% dos valores creditados em conta-corrente a partir do sexto dia de cada mês até atingir o montante equivalente à parcela do valor estimado devido no mês em vigor.	<p>a) Para cada subcrédito em TJLP concedido pelo BNDES, por meio do Contrato BNDES, até o vencimento da primeira parcela de amortização, a quantia equivalente a três vezes o valor da primeira parcela vincenda da amortização de principal e encargos da dívida; e, após o pagamento da primeira parcela, a quantia equivalente a três vezes o valor da soma da última parcela vencida de amortização de principal e encargos da dívida (até 15 dias contados da data da última prestação vencida).</p> <p>b) Para cada subcrédito em IPCA concedido pelo BNDES, por meio do Contrato BNDES, até o vencimento da primeira parcela de amortização, a quantia equivalente a 1/3 do valor referente ao desembolso realizado, dividido pelo número total de prestações do subcrédito; e, após o pagamento da primeira parcela de amortização de principal e encargos da dívida, a quantia equivalente a 1/4 do valor da última parcela vencida de amortização de principal e encargos de subcrédito (até três meses antes do vencimento de cada prestação).</p>
Instituição depositária das debêntures	Itaú Corretora de Valores S.A.	Banco Bradesco S.A.	Itaú Unibanco S.A.
Local de pagamento	CETIP e CBLC	CETIP e CBLC	CETIP e/ou BOVESPAFIX
Instituição responsável pela conta de reserva	Não aplicável	Unibanco - União de Bancos Brasileiros S.A.	Itaú Unibanco S.A.
Agente fiduciário	Pavarini Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.	Oliveira Trust DTVM S.A.	Planner Trustee DTVM Ltda.
Garantias	Alienação fiduciária de 51% das ações da Ecorodovias C&S e cessão fiduciária dos dividendos da Ecovia, Ecosul e Ecocataratas e Fiança da Ecorodovias I&L	Penhor de 99,99% das ações e cessão fiduciária de direitos creditórios do pedágio	Alienação fiduciária de 100% das ações da Ecopistas e alienação fiduciária de 100% dos créditos oriundos do pedágio
Cláusulas de repactuação das debêntures.	Não há cláusulas de repactuação.	Não há cláusulas de repactuação.	Não há cláusulas de repactuação.

Notas Explicativas

Os vencimentos das parcelas não circulantes têm a seguinte distribuição, por ano:

	Controladora (BR GAAP)					
	30/06/2012			31/12/2011		
	Parcela	Custo	Total	Parcela	Custo	Total
2013	-	-	-	144.800	(1.034)	143.766
2014	53.130	(498)	52.632	52.649	(332)	52.317
2015	<u>53.146</u>	<u>(209)</u>	<u>52.937</u>	<u>52.665</u>	<u>(209)</u>	<u>52.456</u>
	<u>106.276</u>	<u>(707)</u>	<u>105.569</u>	<u>250.114</u>	<u>(1.575)</u>	<u>248.539</u>

	Consolidado (IFRS e BR GAAP)					
	30/06/2012			31/12/2011		
	Parcela	Custo	Total	Parcela	Custo	Total
2013	61.727	(1.279)	60.448	307.315	(3.287)	304.028
2014	155.315	(1.971)	153.344	181.415	(1.966)	179.449
2015	70.578	(1.322)	69.256	88.412	(1.317)	87.095
2016	20.905	(1.113)	19.792	35.747	(1.108)	34.639
2017	<u>336.646</u>	<u>(6.346)</u>	<u>330.300</u>	<u>223.417</u>	<u>(6.322)</u>	<u>217.095</u>
	<u>645.171</u>	<u>(12.031)</u>	<u>633.140</u>	<u>836.306</u>	<u>(14.000)</u>	<u>822.306</u>

O contrato da Companhia requer a manutenção de índices financeiros menores ou iguais a 2,75 pontos correspondentes à relação da dívida líquida consolidada com o EBITDA, índices financeiros maiores ou iguais a 3,0 pontos em relação ao EBITDA e à despesa financeira líquida e dívida líquida menor ou igual a R\$800.000 com base não consolidada, tendo como base as informações semestrais. A manutenção dos referidos índices é verificada trimestralmente, considerando os últimos 12 meses. Em 30 de junho de 2012, os índices financeiros exigidos foram atendidos.

O contrato da controlada Ecovias dos Imigrantes requer a manutenção dos índices financeiros menores ou iguais a 2,2 pontos correspondentes à relação da dívida líquida com o EBITDA e índices financeiros maiores ou iguais a 1,3 pontos em relação ao EBITDA com o serviço da dívida (correspondente aos juros e principal pagos no período), tendo como base as informações semestrais. A manutenção dos referidos índices é verificada trimestralmente, considerando os últimos 12 meses. Em 30 de junho de 2012, os índices financeiros exigidos foram atendidos.

Notas Explicativas

O contrato da controlada direta Ecopistas requer a manutenção dos índices financeiros conforme segue:

(i) a razão entre o patrimônio líquido e o passivo total deve ser superior a 20%, (ii) índice de cobertura do serviço da dívida deve ser igual ou superior a 1,20 e (iii) razão entre a dívida líquida e o EBTIDA ajustado deve ser inferior à 4,00. Os índices financeiros exigidos foram atendidos em 30 de junho de 2012.

A Taxa Interna de Retorno - TIR das transações está demonstrada a seguir:

<u>Emissora</u>	<u>Série</u>	<u>Data</u>	<u>Valor nominal</u>	<u>Despesas com emissão</u>	<u>Valor líquido</u>	<u>Taxa de juros</u>	<u>TIR</u>
Companhia	Debêntures - 1ª série	21/12/09	460.750	(6.308)	454.442	CDI + 1,5%	CDI + 2% 9,39% +
	Debêntures - 2ª série	21/12/09	69.625	(953)	68.672	8,75% + IPCA	IPCA 9,37% +
	Debêntures - 3ª série	21/12/09	69.625	(953)	68.672	8,75% + IPCA	IPCA
Ecovias dos Imigrantes	Debêntures - 1ª série	01/11/06	135.000	(2.677)	132.323	104% do CDI	107% do CDI
	Debêntures - 2ª série	01/11/06	157.500	(3.124)	154.376	9,5% + IGP-M	10,32% + IGP-M
	Debêntures - 3ª série	01/11/06	157.500	(3.124)	154.376	9,5% + IGP-M	10,35% + IGP-M
Ecopistas	Debêntures - 1ª série	15/01/11	92.500	(3.167)	89.333	IPCA + 8,25%	8,84% + IPCA
	Debêntures - 2ª série	15/01/11	92.500	(3.167)	89.333	IPCA + 8,25%	8,97% + IPCA
	Debêntures - 3ª série	15/01/11	92.500	(3.167)	89.333	IPCA + 8,25%	8,91% + IPCA
	Debêntures - 4ª série	15/01/11	<u>92.500</u>	<u>(3.167)</u>	<u>89.333</u>	IPCA + 8,25%	8,87% + IPCA
			<u>1.420.000</u>	<u>(29.807)</u>	<u>1.390.193</u>		

Notas Explicativas**19. PARTES RELACIONADAS**

A Companhia e suas controladas contratam serviços de seus acionistas ou de empresas a eles relacionados, diretamente ou por meio de consórcio, para execução de obras de conservação, melhorias e ampliação do sistema rodoviário e serviços de consultorias.

Em 30 de junho de 2012 e 31 de dezembro de 2011, os saldos relativos a operações com partes relacionadas estão apresentados a seguir:

	Natureza	Controladora (BR GAAP)	
		30/06/2012	31/12/2011
Ativo-			
Circulante:			
Concessionária Rodovia Ayrton Senna e Carvalho Pinto S.A. - Ecopistas (a)	Controlada	<u>88.383</u>	<u>-</u>
Não circulante			
Rodovia das Cataratas S.A. - Ecocataratas (b)	Controlada (*)	46.222	66.590
Concessionária Ecovia Caminho do Mar S.A. (c)	Controlada	2.018	2.411
Empresa Concessionária de Rodovias do Sul S.A. (c)	Controlada	420	356
Concessionária Ecovias dos Imigrantes S.A. (c)	Controlada	9.179	8.619
Rodovia das Cataratas S.A. - Ecocataratas (c)	Controlada (*)	1.885	1.683
Concessionária Rodovia Ayrton Senna e Carvalho Pinto S.A. - Ecopistas (c)	Controlada	673	590
Concessionária Rodovia Ayrton Senna e Carvalho Pinto S.A. - Ecopistas (a)	Controlada	-	134.040
Elog Sudeste S.A. (c)	Outras partes relacionadas	1.694	637
ELG-01 Participações Ltda.(c)	Outras partes relacionadas	<u>225</u>	<u>-</u>
		<u>62.316</u>	<u>214.926</u>
Total do ativo		<u>150.699</u>	<u>214.926</u>
Passivo-			
Circulante-			
Contas a pagar-			
Ecoporto Holding S.A.(c)	Outras partes relacionadas	<u>77</u>	<u>=</u>
		<u>77</u>	<u>=</u>
Não circulante-			
Contas a pagar-			
Concessionária Ecovias dos Imigrantes S.A. (c)	Controlada	<u>17</u>	<u>7</u>
		<u>17</u>	<u>7</u>
Total do passivo		<u>94</u>	<u>7</u>

Notas Explicativas

	Natureza	Controladora (BR GAAP)	
		30/06/2012	30/06/2011
Resultado:			
Receita:			
Concessionária Ecovia Caminho do Mar S.A. (c)	Controlada	9.383	9.040
Empresa Concessionária de Rodovias do Sul S.A. (c)	Controlada	2.415	2.321
Concessionária Ecovias dos Imigrantes S.A. (c)	Controlada	31.089	28.191
Rodovia das Cataratas S.A. - Ecocataratas (c)	Controlada (*)	11.233	10.798
Concessionária Rodovia Ayrton Senna e Carvalho Pinto S.A. - Ecopistas (c)	Controlada	4.061	3.813
Ecopátio Logística Cubatão Ltda. (c)	Outras partes relacionadas	-	1.359
Elog S.A. (c)	Outras partes relacionadas	-	274
Concessionária Rodovia Ayrton Senna e Carvalho Pinto S.A. - Ecopistas (a)	Controlada	5.604	7.113
Rodovia das Cataratas S.A. - Ecocataratas (a)	Controlada (*)	3.096	6.201
ELG-01 Participações Ltda (c)	Outras partes relacionadas	238	-
Elog Sudeste S.A. (c)	Outras partes relacionadas	<u>3.988</u>	<u>778</u>
		<u>71.107</u>	<u>69.888</u>
Despesa-			
Concessionária Ecovias dos Imigrantes S.A. (c)	Controlada	<u>119</u>	<u>113</u>
		<u>119</u>	<u>113</u>
	Natureza	Consolidado (IFRS E BR GAAP)	
		30/06/2012	31/12/2011
Ativo-			
Não circulante - mútuo-			
Rodovia das Cataratas S.A. - Ecocataratas (b)	Controlada (*)	-	66.590
Não circulante – contas a pagar e Adiantamento a fornecedores:			
Rodovia das Cataratas S.A. - Ecocataratas (b)	Controlada (*)	-	1.683
Ecorodovias Infraestrutura e Logística S.A.(c).	Controladora	60	-
ELG-01 Participações Ltda.(c)	Outras partes relacionadas	225	-
Elog Sudeste S.A.(c)	Outras partes relacionadas	1.694	637
Consórcio Serra do Mar.(d)	Outras partes relacionadas	<u>1.082</u>	-
		<u>3.061</u>	<u>68.910</u>
Intangível:			
TB Transportadora Betumes Ltda.(f)	Outras partes relacionadas	2.526	313
CBB Indústria e Comércio de Asfaltos e Engenharia Ltda. (f)	Outras partes relacionadas	4.075	-
SBS Engenharia e Serviços Ltda.(e)	Outras partes relacionadas	6.808	17.021
Consórcio Serra do Mar (d)	Outras partes relacionadas	<u>10.275</u>	<u>40.424</u>
		<u>23.684</u>	<u>57.758</u>
Total do ativo		<u>26.745</u>	<u>126.668</u>

(*) Controlada a partir de 30 de março de 2012, vide nota 4b), anteriormente classificada como outras partes relacionadas.

Notas Explicativas

	Natureza	Consolidado (IFRS E BR GAAP)	
		30/06/2012	31/12/2011
Passivo-			
Circulante - contas a pagar:			
TB Transportadora Betumes Ltda. (f)	Outras partes relacionadas	82	34
SBS Engenharia e Serviços Ltda. (e)	Outras partes relacionadas	1.678	260
Ecorodovias Infraestrutura e Logística S.A. (c)	Controladora	37	36
Consórcio Serra do Mar (d)	Outras partes relacionadas	-	1.090
CBB Indústria e Comércio de Asfaltos e Engenharia Ltda. (f)	Outras partes relacionadas	177	370
Ecoporto Holding S.A.(c)	Outras partes relacionadas	77	-
		<u>2.051</u>	<u>1.790</u>
Não Circulante - contas a pagar:			
Ecorodovias Infraestrutura e Logística S.A.(c)	Controladora	32	-
Eco101 Concessionária de Rodovias S.A.(c)	Outras partes relacionadas	27	-
		<u>59</u>	<u>-</u>
Total do passivo		<u>2.110</u>	<u>1.790</u>
Resultado-			
Receita:			
Elog Sudeste S.A.(c)	Outras partes relacionadas	3.989	-
ELG01 Participações Ltda.(c)	Outras partes relacionadas	238	-
		<u>4.227</u>	<u>-</u>
Despesa:			
TB Transportadora Betumes Ltda.(f)	Outras partes relacionadas	-	1
Ecorodovias Infraestrutura e Logística S.A.(c)	Outras partes relacionadas	-	130
SBS Engenharia e Serviços Ltda.(e)	Outras partes relacionadas	-	48
		<u>-</u>	<u>179</u>

As operações com partes relacionadas estão apresentadas a seguir:

- O valor de R\$88.383 (R\$134.040 em 31 de dezembro de 2011) refere-se a contrato de mútuo com a Ecopistas. O mútuo será corrigido a partir da data de seu desembolso até a data de seu efetivo pagamento, com base na variação de 100% do CDI com vencimento até 31 de março de 2013.
- O valor de R\$46.222 (R\$66.590 em 31 de dezembro de 2011) refere-se a contrato de mútuo com a Ecocataratas. O mútuo será corrigido a partir da data de seu desembolso até a data de seu efetivo pagamento, com base na variação do CDI, acrescido de juros de 1,20% ao ano, com vencimento até 31 de dezembro de 2015.
- A Companhia presta serviços administrativos, financeiros, de recursos humanos, de tecnologia da informação, de engenharia e de compras corporativas. O valor anual dos contratos estabelecidos entre as empresas de serviços é de aproximadamente R\$123.235, com vigência de 12 meses, vigorando de janeiro a dezembro de cada ano. O saldo em aberto das faturas de serviços em 30 de junho de 2012 é de R\$15.822.
- O Consórcio Serra do Mar, formado pelas partes relacionadas à controladora EcoRodovias: C.R. Almeida Engenharia e Obras S.A., Cigla Construtor Impregilo Associados S.A. e Impregilo SPA Sucursal Brasil, presta serviços de construção de faixas operacionais, baias de emergência, travessia da terceira faixa da Rodovia Padre Manoel da Nóbrega e viadutos na Rodovia Cônego Domênico Rangoni, pavimentação nas rodovias que compõem o Sistema Anchieta-Imigrantes e praças de pedágio da controlada Ecovias dos Imigrantes e contratação de serviços emergenciais de contenção de encosta. O preço global firmado para a execução dos serviços contratados entre a Ecovias e o Consórcio Serra do Mar é de R\$94.200. Deste total, foram incorridos R\$25.331 e há um saldo de R\$68.869 de serviços a incorrer com esse contrato. Os saldos em aberto a pagar têm vencimento em 45 dias, não estão sujeitos a juros nem atualização monetária, e não foram concedidas garantias aos credores.

Notas Explicativas

- (e) A SBS Engenharia e Construções Ltda. possui participação acionária de 10% na Ecosul e presta serviços de pavimentação e engenharia no complexo rodoviário e manutenção nas rodovias das controladas Ecosul e Ecovia Caminho do Mar. O preço global firmado para a execução dos serviços contratados entre a Ecosul e a SBS Engenharia e Construções Ltda. é de R\$17.185 e entre a Ecovia Caminho do Mar e a SBS Engenharia e Construções Ltda. é de R\$14.000, incluindo aditivo contratual em ambos os contratos. Em 30 de junho de 2012, há um saldo de R\$27.150 de serviços a incorrer com esses contratos. Os saldos em aberto a pagar têm vencimento em 45 dias, não estão sujeitos a juros nem atualização monetária, e não foram concedidas garantias aos credores.
- (f) A CBB Indústria e Comércio de Asfaltos e Engenharia Ltda. e a TB Transportadora de Betumes Ltda., formadas pelas partes relacionadas à controladora direta EcoRodovias: C.R. Almeida Engenharia e Obras S.A. e Cigla Construtor Impregilo Associados S.A. e pela Impregilo SPA Sucursal Brasil, controladora indireta da EcoRodovias, prestam serviços de fornecimento e transporte de material asfáltico à Rodovias das Cataratas, à Ecovia Caminho do Mar e à Ecopistas. O preço global firmado para a execução dos serviços contratados entre a Companhia, a CBB Indústria e Comércio de Asfaltos e Engenharia Ltda. e a TB Transportadora de Betumes Ltda. é de R\$15.900, incluindo o aditivo contratual. Em 30 de junho de 2012, há um saldo de R\$15.795 a incorrer com esse contrato. Os saldos em aberto a pagar têm vencimento em 45 dias, não estão sujeitos a juros nem atualização monetária, e não foram concedidas garantias aos credores.

Remuneração dos administradores

As políticas de remuneração do pessoal-chave da Administração da Companhia, assim como o pagamento são fixadas e assumidas pela controladora direta Ecorodovias Infraestrutura e Logística S.A.

20. OBRIGAÇÕES SOCIAIS E TRABALHISTAS

	Controladora (BR GAAP)		Consolidado (IFRS e BR GAAP)	
	<u>30/06/2012</u>	<u>31/12/2011</u>	<u>30/06/2012</u>	<u>31/12/2011</u>
Salários e outras obrigações a pagar	1.350	1.858	3.709	4.874
Instituto Nacional do Seguro Social - INSS a recolher	637	452	1.920	1.246
Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS a recolher	150	174	376	441
IRRF a recolher	214	351	414	673
Contribuição Sindical a recolher	25	-	26	8
Provisão 13º Salário	829	-	2.176	-
Encargos sobre provisões 13º Salário	304	-	823	-
Provisão de férias	2.116	1.978	5.621	4.957
Encargos sobre provisões de férias	<u>1.052</u>	<u>963</u>	<u>2.419</u>	<u>2.044</u>
	<u>6.677</u>	<u>5.776</u>	<u>17.484</u>	<u>14.243</u>

As provisões de salários e encargos foram registradas no resultado da Companhia nas rubricas “Custos dos serviços prestados” e “Despesas gerais e administrativas”, de acordo com a alocação do empregado.

Notas Explicativas

21. CREDOR PELA CONCESSÃO - CONSOLIDADO (IFRS E BR GAAP)

	<u>30/06/2012</u>	<u>31/12/2011</u>
Parcelas:		
Fixas	66.736	68.646
Variáveis	<u>3.112</u>	<u>3.535</u>
	<u>69.848</u>	<u>72.181</u>
Circulante	<u>17.210</u>	<u>17.082</u>
Não circulante	<u>52.638</u>	<u>55.099</u>

Conforme o contrato de concessão da controlada Ecovias dos Imigrantes, firmado em 27 de maio de 1998, o pagamento do ônus fixo é subdividido em 240 parcelas fixas, mensais e consecutivas, com vencimentos a partir do mês de início de arrecadação, reajustáveis anualmente pela variação do IGP-M da Fundação Getúlio Vargas - FGV. Em 30 de junho de 2012, restam 70 parcelas a vencer e os pagamentos corresponderam a 70,83% do total (68,33% em 31 de dezembro de 2011).

De acordo com o contrato de concessão da controlada Ecopistas, firmado em 18 de junho de 2009, o pagamento do ônus fixo foi subdividido em uma parcela à vista de 20% e o saldo restante em 18 parcelas fixas mensais, iguais e consecutivas, reajustáveis pela variação do IPCA-IBGE. Em 30 de junho de 2012, todas as parcelas haviam sido quitadas.

A parcela variável é calculada mensalmente com base em 3% da receita de arrecadação nas controladas Ecovias dos Imigrantes e Ecopistas e 1% na Ecosul.

As controladas Ecovias dos Imigrantes e Ecopistas mantêm em vigor coberturas de seguros necessárias para garantir uma efetiva e abrangente cobertura de riscos inerentes ao desenvolvimento de todas as atividades abrangidas pela concessão. Todas as apólices de seguro incluem o Poder Concedente e a Companhia como cossegurados e possuem como prazo mínimo de vigência o período de 12 meses. As coberturas de seguro deverão ser mantidas em plena vigência até a assinatura do termo de devolução definitivo do sistema rodoviário. Além dos seguros exigíveis pela legislação aplicável, serão contratadas e mantidas em vigor, por todo o tempo da concessão, as coberturas de seguro dos tipos riscos operacionais, riscos de engenharia e responsabilidade civil de empresas concessionárias de rodovias.

Os vencimentos das parcelas não circulantes têm a seguinte distribuição, por ano:

	<u>30/06/2012</u>	<u>31/12/2011</u>
2013	5.826	12.477
2014	11.758	11.394
2015	10.738	10.406
2016	9.806	9.503
Posteriores a 2017	<u>14.510</u>	<u>11.319</u>
	<u>52.638</u>	<u>55.099</u>

Notas Explicativas**22. PROVISÃO PARA MANUTENÇÃO - CONSOLIDADO (IFRS E BR GAAP)**

Os valores registrados como provisão referem-se à manutenção do sistema rodoviário, ajustados a valor presente a taxas de 10,52% ao ano em média. Os valores são provisionados por trecho, e as intervenções ocorrem, em média, a cada quatro anos e estão demonstrados a seguir:

	<u>31/12/2010</u>	<u>Adição</u>	<u>Baixa</u>	<u>30/06/2011</u>	
Constituição da provisão para manutenção	177.273	19.639	-	196.912	
Efeito do valor presente sobre a constituição	(34.377)	(5.253)	-	(39.630)	
Realização da manutenção	(92.944)	-	(8.167)	(101.111)	
Ajuste a valor presente - realizações	<u>17.058</u>	<u>-</u>	<u>3.284</u>	<u>20.342</u>	
	<u>67.010</u>	<u>14.386</u>	<u>(4.883)</u>	<u>76.513</u>	
Circulante	<u>12.838</u>			<u>18.930</u>	
Não circulante	<u>54.172</u>			<u>57.583</u>	
	<u>31/12/2011</u>	<u>Reestruturação Societária (*)</u>	<u>Adição</u>	<u>Baixa</u>	<u>30/06/2012</u>
Constituição da provisão para manutenção	242.101	201.124	34.374	-	477.599
Efeito do valor presente sobre a constituição	(43.966)	(54.662)	(6.760)	-	(105.388)
Realização da manutenção	(138.443)	(78.578)	-	(38.114)	(255.135)
Ajuste a valor presente - realizações	<u>23.725</u>	<u>24.216</u>	<u>-</u>	<u>4.008</u>	<u>51.949</u>
	<u>83.417</u>	<u>92.100</u>	<u>27.614</u>	<u>(34.106)</u>	<u>169.025</u>
Circulante	<u>24.854</u>				<u>47.804</u>
Não circulante	<u>58.563</u>				<u>121.221</u>

(*) Vide nota explicativa nº 4.b)

Notas Explicativas**23. PROVISÃO PARA CONSTRUÇÃO DE OBRAS FUTURAS - CONSOLIDADO (IFRS E BR GAAP)**

Os valores provisionados como obras futuras são decorrentes dos gastos estimados para cumprir as obrigações contratuais da concessão cujos benefícios econômicos estão sendo auferidos pela Companhia em contrapartida ao ativo intangível.

Os valores são ajustados a valor presente a taxas que variam entre 9,62% e 11,56% ao ano.

A movimentação e os saldos estão demonstrados a seguir:

	31/12/2010	Efeito Financeiro	30/06/2011
Constituição da provisão para obras futuras	21.078	-	21.078
Efeito do valor presente sobre a constituição	(10.011)	-	(10.011)
Ajuste a valor presente - realizações	<u>5.962</u>	<u>883</u>	<u>6.845</u>
	<u>17.029</u>	<u>883</u>	<u>17.912</u>
Circulante	<u>10.143</u>		<u>13.412</u>
Não circulante	<u>6.886</u>		<u>4.501</u>
	<u>31/12/2011</u>	<u>Baixa</u>	<u>30/06/2012</u>
Constituição da provisão para obras futuras	21.078	(1.041)	20.037
Efeito do valor presente sobre a constituição	(10.010)	-	(10.010)
Realização da construção	(4.238)	-	(4.238)
Ajuste a valor presente - realizações	<u>7.626</u>	<u>406</u>	<u>8.032</u>
	<u>14.456</u>	<u>(635)</u>	<u>13.821</u>
Circulante	<u>12.527</u>		<u>11.807</u>
Não circulante	<u>1.929</u>		<u>2.014</u>

24. PROVISÃO PARA PERDAS TRIBUTÁRIAS, TRABALHISTAS E CÍVEIS - CONSOLIDADO (IFRS E BR GAAP)

Os diversos processos em andamento são de natureza trabalhista, cível e tributária, decorrentes do curso normal dos negócios da Companhia e de suas controladas. A provisão para perdas tributárias, trabalhistas e cíveis foi constituída para os processos cujas possibilidades de perda foram avaliadas como prováveis com base na opinião dos advogados e consultores legais da Companhia.

A movimentação e o saldo do semestre findo em 30 de junho de 2012 e 2011 é como segue:

Natureza	31/12/2010	Adições	Pagamentos	Atualização monetária	30/06/2011
Cível (a)	15.401	741	(761)	773	16.154
Tributária (b)	525	723	-	15	1.263
Trabalhista (c)	<u>8.029</u>	<u>1.108</u>	<u>(1.399)</u>	<u>551</u>	<u>8.289</u>
	<u>23.955</u>	<u>2.572</u>	<u>(2.160)</u>	<u>1.339</u>	<u>25.706</u>

Notas Explicativas

Natureza	31/12/2011	Reestruturação Societária (*)	Adições	Pagamentos	Atualização monetária	30/06/2012
Cível (a)	16.548	3.803	562	(4.173)	657	17.397
Tributária (b)	1.770	-	258	(12)	163	2.179
Trabalhista (c)	<u>8.392</u>	<u>1.700</u>	<u>1.572</u>	<u>(1.088)</u>	<u>486</u>	<u>11.062</u>
	<u>26.710</u>	<u>5.503</u>	<u>2.392</u>	<u>(5.273)</u>	<u>1.306</u>	<u>30.638</u>

(*) Vide nota explicativa nº 4.b)

(a) Processos cíveis

Correspondem, principalmente, a processos envolvendo pleitos de indenização por perdas e danos oriundos de acidentes ocorridos nas rodovias. A Companhia e suas controladas possuem outras perdas de natureza cível que totalizam, em 30 de junho de 2012, R\$18.419 (R\$9.542 em 31 de dezembro de 2011), avaliadas como perdas possíveis pelos consultores legais e pela Administração; portanto, sem constituição de provisão.

(b) Processos tributários

Em 30 de junho de 2012, também existem outros processos de natureza tributária, que totalizam R\$17.803 (R\$12.944 em 31 de dezembro de 2011), os quais foram avaliados como perdas possíveis pelos consultores legais e pela Administração; portanto, sem constituição de provisão. Os principais processos tributários são conforme segue:

- (i) A Controlada direta Ecovias possuía um processo administrativo fiscal decorrente de auto de infração lavrado pela Receita Federal do Brasil em São Bernardo do Campo - SP, por ter a fiscalização desconsiderado o regime de caixa no reconhecimento das receitas de variação cambial e, por consequência, exigido os valores devidos a título de IRPJ e CSLL. Em julho de 2012 foi dado ganho de causa em processo transitado em julgado sem desembolso para Ecovias.
- (ii) Processos administrativos fiscais decorrentes de auto de infração lavrado pela Receita Federal do Brasil em Pelotas - RS, pelo não recolhimento de valores de IRPJ e CSLL relativos ao pagamento de participação nos lucros e resultados a diretores da controlada indireta Ecosul e ao questionamento quanto à taxa de depreciação de benfeitorias realizadas em imóveis objeto da concessão, cuja perda foi avaliada como possível pelos consultores legais.

Notas Explicativas

(c) Processos trabalhistas

Correspondem, principalmente, a pleitos de indenização por acidentes do trabalho e reclamações de horas extras, não existindo processos de valor individual relevante. Em 30 de junho de 2012, também existem outros processos de mesma natureza que totalizam R\$16.614 (R\$7.453 em 31 de dezembro de 2011), os quais foram avaliados como perdas possíveis pelos consultores legais e pela Administração; portanto, sem constituição de provisão.

A controlada direta Ecocataratas possui uma ação de responsabilidade subsidiária referente à reclamação trabalhista contra a Qualix Serviços Ambientais S.A., empresa pertencente ao Grupo Sideco (ex-acionista da controlada indireta Ecocataratas). A ação foi julgada procedente em primeira instância contra as reclamadas, sendo o valor da condenação atualizado em 30 de junho de 2012 de R\$6.691 (R\$5.192 em 31 de dezembro de 2011). Por força do contrato de compra e venda celebrado entre a Sideco S.A. e a controladora direta EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A., há o dever de indenização por parte dos ex-acionistas em caso de materialização da perda. Os consultores legais e a Administração avaliam a causa como perda possível, razão pela qual não foi constituída provisão. Em 1º de agosto de 2011, a Ecocataratas ofereceu carta de fiança pela qual o Banco Bradesco S.A. afiançou o valor da execução de R\$6.439.

25. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social

Em 30 de junho de 2012, o capital social é de R\$696.715 (R\$391.283 em 31 de dezembro de 2011) e está representado por 696.715 (391.283 em 31 de dezembro de 2011) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.

Evento societário:

Em 30 de março de 2012 através de reestruturação societária, a Ecocataratas passou a ser controlada diretamente pela EcoRodovias Concessões e Serviços, com 305.432 ações. Vide nota explicativa nº4.b)

b) Capital autorizado

Conforme Estatuto Social, a Companhia fica autorizada a aumentar seu capital social para até R\$1.000.000, mediante deliberação do Conselho de Administração, observadas as condições legais para a emissão e o período do direito de preferência.

A Companhia poderá emitir ações, debêntures conversíveis em ações e bônus de subscrição, sem direito de preferência para os antigos acionistas, desde que destinados os valores mobiliários: (i) à venda em bolsa de valores ou subscrição pública; (ii) à permuta por ações, em oferta pública de aquisição de controle; ou (iii) nos termos de lei especial de incentivos fiscais. É vedada à Companhia a emissão de partes beneficiárias.

c) Reserva de lucros - legal

É constituída com base em 5% do lucro líquido do exercício ajustado, limitada a 20% do capital social.

Notas Explicativas

d) Dividendos propostos

Aos acionistas são garantidos dividendos e/ou juros sobre o capital próprio de, pelo menos, 25% do lucro líquido do exercício ajustado, calculado nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404/76.

e) Participações de acionistas não controladores

	<u>30/06/2012</u>	<u>31/12/2011</u>
Saldo inicial	3.042	6.664
Dividendos e Juros sobre o capital próprio	(1.987)	(8.171)
Participação nos lucros do período	<u>2.494</u>	<u>4.549</u>
Saldo final	<u>3.549</u>	<u>3.042</u>

f) Reserva de capital - plano de opção com base em ações

Conforme deliberado em Assembleia Geral Extraordinária - AGE da controladora direta EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A., datada de 31 de agosto de 2010, foi aprovado Plano Geral para Outorga de Opção de Compra de Ações aos diretores e empregados do Grupo EcoRodovias. O Conselho de Administração da EcoRodovias Infraestrutura é o responsável por definir e administrar o referido plano.

O plano de opção com base em ações tem como objetivo permitir que os beneficiários se tornem acionistas da EcoRodovias Infraestrutura de maneira que atuem de forma direta e ativa na busca por resultados positivos. São elegíveis para participar membros do Conselho de Administração, diretores da EcoRodovias Infraestrutura e de suas controladas e empregados-chave que não sejam administradores estatutários, incluindo aqueles das controladas da EcoRodovias Infraestrutura.

A outorga de opções deve respeitar o limite máximo de até 2% de ações ordinárias do capital social efetivamente emitidas pela EcoRodovias Infraestrutura, ações estas que deverão ser apenas ações em tesouraria.

O Conselho de Administração fixará os termos e as condições de cada opção em contrato de outorga de opção de compra de ações ("contrato"), a ser celebrado entre a EcoRodovias Infraestrutura e cada beneficiário.

O preço das opções corresponderá ao valor da ação da EcoRodovias Infraestrutura, atualizado monetariamente pelo IPCA ou outro índice de base de apuração equivalente que seja escolhido pela Assembleia Geral da EcoRodovias Infraestrutura.

O Conselho de Administração disponibilizou 3.421.883 ações ordinárias para esse plano, como segue:

<u>Data</u>	<u>1ª Outorga</u> <u>31/08/2010</u>	<u>2ª Outorga</u> <u>22/03/2011</u>	<u>3ª Outorga</u> <u>25/04/2012</u>
Quantidade de opções de ações	685.764	1.212.045	1.524.074
Preço de período - R\$ por ação	R\$9,95	R\$13,06	R\$13,58
Índice de reajuste	IPCA	IPCA	IPCA

Notas Explicativas

A EcoRodovias Infraestrutura e a Companhia reconhecem no resultado, durante o período de prestação dos serviços, o prazo de carência e o custo com a remuneração aos beneficiários com base no valor justo das opções na data da outorga, utilizando o modelo Black-Scholes para a precificação do valor justo das opções. No semestre findo em 30 de junho de 2012, a Companhia registrou na rubrica “Prêmio de opções” o valor de R\$128.

A EcoRodovias Infraestrutura efetuará a liquidação desse plano de opção com base em ações entregando ações de sua própria emissão que serão mantidas em tesouraria até o efetivo período das ações por parte dos beneficiários.

As variações nas quantidades de opções de compra de ações estão apresentadas a seguir:

	<u>1ª Outorga</u>	<u>2ª Outorga</u>	<u>3ª Outorga</u>	<u>Total</u>
Em 31 de dezembro de 2010	685.764	-	-	685.764
Outorgadas	-	1.212.045	-	1.212.045
Exercidas	(21.942)	-	-	(21.942)
Canceladas	(17.553)	-	-	(17.553)
Em 31 de dezembro de 2011	<u>646.269</u>	<u>1.212.045</u>	<u>-</u>	<u>1.858.314</u>
Outorgadas	-	-	1.524.074	1.524.074
Exercidas	(145.377)	(102.229)	-	(247.606)
Em 30 de junho de 2012	<u>500.892</u>	<u>1.109.816</u>	<u>1.524.074</u>	<u>3.134.782</u>

O valor justo das opções de compra de ações foi estimado na data de concessão das opções utilizando-se o modelo de precificação de opções Black-Scholes.

No semestre findo em 30 de junho de 2012, foram exercidas 247.606 ações ordinárias, pelo preço médio de R\$14,53 por ação.

A aquisição do direito ao período da opção ocorrerá na forma e nos prazos apresentados a seguir:

<u>Ano</u>	<u>Preço médio de período por ação em R\$</u>	<u>Quantidade de ações</u>	<u>Valor justo médio da opção em R\$</u>	<u>Total</u>	<u>Prazo para exercer</u>
2012	12,54	474.452	4,42	2.097	11 meses
2013	12,91	855.470	7,36	6.296	23 meses
2014	12,91	855.470	9,07	7.759	35 meses
2015	13,79	684.030	6,15	4.207	47 meses
2016	13,65	<u>381.020</u>	<u>2,79</u>	<u>1.063</u>	<u>59 meses</u>
		<u>3.250.442</u>	<u>5,96</u>	<u>21.422</u>	

Notas Explicativas

As condições para as opções estão demonstradas a seguir:

Em 31 de agosto de 2010, o Conselho de Administração da EcoRodovias Infraestrutura aprovou o Primeiro Programa de Recompra de Ações. Esta recompra ocorrerá sem redução de capital social e com a utilização de reservas, para efeito de cancelamento ou permanência em tesouraria, bem como para revenda, recolocação no mercado ou lastro para planos de opção com base em ações da EcoRodovias Infraestrutura, observados: (1) as normas expedidas pela CVM e demais disposições legais aplicáveis, em especial o artigo 30, parágrafo 1º, da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1980 (alterada pela Instrução CVM nº 10); (2) o artigo 14, inciso XIV, do Estatuto Social da EcoRodovias Infraestrutura; e (3) os termos e as condições a seguir:

- Prazo: 365 dias a contar de 31 de agosto de 2010.
- Quantidade de ações em circulação no mercado: 144.003.000 ações ordinárias em circulação no mercado
- Quantidade de ações a serem adquiridas: serão adquiridas, no máximo, 4.000.000 de ações ordinárias.

Em 30 de maio de 2012, o Conselho de Administração da EcoRodovias Infraestrutura aprovou o Segundo Programa de Recompra de Ações. Esta recompra ocorrerá sem redução de capital social e com a utilização de reservas, para efeito de cancelamento ou permanência em tesouraria, bem como para revenda, recolocação no mercado ou lastro para planos de opção com base em ações da EcoRodovias Infraestrutura, observados: (1) as normas expedidas pela CVM e demais disposições legais aplicáveis, em especial o artigo 30, parágrafo 1º, da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1980 (alterada pela Instrução CVM nº 10); (2) o artigo 14, inciso XIV, do Estatuto Social da EcoRodovias Infraestrutura; e (3) os termos e as condições a seguir:

- Prazo: 365 dias a contar de 30 de maio de 2012.
- Quantidade de ações em circulação no mercado: 143.991.375 ações ordinárias em circulação no mercado
- Quantidade de ações a serem adquiridas: serão adquiridas, no máximo, 1.500.000 de ações ordinárias.
- A EcoRodovias Infraestrutura mantém em tesouraria 204.095 ações ordinárias calculadas com base na cotação média do último dia de pregão em 30 de junho de 2012, de R\$16,17. O valor total dessas ações, cujo cálculo tem como base a cotação média do pregão de 29 de junho de 2012 é de R\$3.313.

Notas Explicativas

26. IMPOSTO SOBRE SERVIÇOS - ISS

Ecovias dos Imigrantes

Em 1999, os serviços de exploração de rodovias foram incluídos na lista de serviços tributados pelo ISS. A Companhia iniciou negociações com o Poder Concedente para obter o reequilíbrio financeiro do contrato, visto que não foi considerada a incidência desse imposto na tarifa de pedágio. Em 2001, a Companhia iniciou o recolhimento do ISS para as prefeituras dos municípios abrangidos pelo Sistema Anchieta-Imigrantes, conforme regulamentação por parte destas (exceto para a Prefeitura do Município de São Paulo, a qual não regulamentou o imposto naquele ano).

Uma vez que esse tributo não foi previsto na proposta da concessão, a controlada direta Ecovias, por meio dos preceitos de reequilíbrio econômico-financeiro do contrato e aprovação pelo Poder Concedente, através do Termo Aditivo e Modificativo “TAM” 08/2006, compensou, até 30 de novembro de 2011, vigência do referido termo, o valor de R\$241.659 pago às prefeituras com os valores referentes ao ônus da concessão.

Assim, a partir de 1º de dezembro de 2011, a controlada direta Ecovias não efetua a compensação do ISS com os valores de outorga fixa.

27. RECEITA LÍQUIDA

	Controladora (BR GAAP)		Consolidado (IFRS e BR GAAP)	
	<u>30/06/2012</u>	<u>30/06/2011</u>	<u>30/06/2012</u>	<u>30/06/2011</u>
Receita com arrecadação de pedágio:				
Pedágio em numerário	-	-	317.180	267.505
Pedágio por equipamento eletrônico (a)	-	-	315.470	242.718
Vale-pedágio e pedágio em cupons	-	-	70.211	61.431
Outras	-	-	<u>1.243</u>	<u>554</u>
	-	-	704.104	572.208
Receita de construção	-	-	94.820	84.530
Receitas acessórias (b) e de prestação de serviços (c)	<u>62.406</u>	<u>57.574</u>	<u>34.091</u>	<u>35.093</u>
	<u>62.406</u>	<u>57.574</u>	<u>128.911</u>	<u>119.623</u>
Receita bruta	62.406	57.574	833.015	691.831
Deduções de receita (d)	<u>(7.020)</u>	<u>(7.495)</u>	<u>(69.822)</u>	<u>(41.492)</u>
Receita líquida	<u>55.386</u>	<u>50.079</u>	<u>763.193</u>	<u>650.339</u>

(a) Refere-se às receitas de prestação de serviços via pedágio eletrônico.

(b) Referem-se a outras receitas das concessionárias de rodovias, como arrendamento de área para fibra óptica, uso de faixa e domínio, venda de publicidade, implantação e concessão de acessos e outros.

(c) Refere-se à receita de prestação de serviços administrativos, financeiros, de recursos humanos, de tecnologia da informação, de engenharia e de compras corporativas prestados pela Companhia.

(d) A partir de 1º de dezembro de 2011, a controlada direta Ecovias não efetua a compensação do ISS com os valores de outorga fixa, vide nota explicativa nº26.

Notas Explicativas

28. CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS- POR NATUREZA

	Controladora (BR GAAP)	
	<u>30/06/2012</u>	<u>30/06/2011</u>
Pessoal	19.744	16.399
Conservação e manutenção	1.339	1.319
Serviços de terceiros	2.220	2.587
Locação e aluguéis	855	786
Depreciação e amortização	3.221	2.581
Outros	<u>1.760</u>	<u>1.659</u>
	<u>29.139</u>	<u>25.331</u>

	Consolidado (IFRS e BR GAAP)	
	<u>30/06/2012</u>	<u>30/06/2011</u>
Pessoal	61.241	49.038
Conservação e manutenção	26.776	24.049
Serviços de terceiros (*)	31.956	23.211
Seguro	4.693	3.940
Provisão para manutenção	25.311	26.962
Custos com construção	94.820	84.530
Poder Concedente	17.302	21.617
Depreciação e amortização	72.227	51.672
Locações de imóveis e máquinas	5.280	4.053
Outros	<u>21.686</u>	<u>15.854</u>
	<u>361.292</u>	<u>304.926</u>

Classificados como:

Custo dos serviços prestados	319.161	276.501
Despesas gerais e administrativas	<u>42.131</u>	<u>28.425</u>
	<u>361.292</u>	<u>304.926</u>

(*) Os serviços de terceiros são basicamente compostos por serviços de ambulâncias, resgates e remoções de R\$12.303, serviços de consultoria de R\$17.707, serviços de limpeza, gerenciamento de riscos e vigilância de R\$1.946.

Notas Explicativas**29. RESULTADO FINANCEIRO**

	Controladora (BR GAAP)		Consolidado (IFRS e BR GAAP)	
	30/06/2012	30/06/2011	30/06/2012	30/06/2011
Receitas financeiras:				
Receita de aplicações financeiras	8.327	10.012	18.932	29.414
Outras receitas financeiras	<u>10.100</u>	<u>13.578</u>	<u>3.165</u>	<u>8.484</u>
	<u>18.427</u>	<u>23.590</u>	<u>22.097</u>	<u>37.898</u>
Despesas financeiras:				
Juros sobre debêntures	(23.741)	(34.524)	(56.338)	(69.733)
Juros sobre financiamentos	-	-	(12.311)	(14.721)
Variação monetária sobre debêntures	(2.329)	(6.041)	(20.771)	(31.450)
Variação monetária e ajuste a valor presente sobre direito de outorga	-	-	(4.846)	(5.625)
Amortização de custos com emissão de debêntures	(1.067)	(1.067)	(2.216)	(1.650)
Ajuste a valor presente - provisão para manutenção - interpretação técnica ICPC 01 - Contrato de Concessão	-	-	(4.414)	(4.166)
Outras despesas financeiras	<u>(1.115)</u>	<u>(78)</u>	<u>(2.568)</u>	<u>(1.227)</u>
	<u>(28.252)</u>	<u>(41.710)</u>	<u>(103.464)</u>	<u>(128.572)</u>
Resultado financeiro	<u>(9.825)</u>	<u>(18.120)</u>	<u>(81.367)</u>	<u>(90.674)</u>

30. LUCRO POR AÇÃO

	Controladora (BR GAAP) e Consolidado (IFRS e BR GAAP)	
	30/06/2012	30/06/2011
Lucro básico por ação das operações continuadas	<u>0,31</u>	<u>0,43</u>

a) Lucro básico e diluído por ação

O lucro e a quantidade média ponderada de ações ordinárias usados no cálculo do lucro básico por ação são os seguintes:

	Controladora (BR GAAP) e Consolidado (IFRS e BR GAAP)	
	30/06/2012	30/06/2011
Lucro do semestre atribuível aos proprietários da Companhia e utilizado na apuração do lucro básico por ação	<u>213.109</u>	<u>168.852</u>
Quantidade média ponderada de ações ordinárias para fins de cálculo do lucro básico e diluído por ação	<u>545.823</u>	<u>391.283</u>

Notas Explicativas

31. PARTICIPAÇÃO NOS LUCROS E RESULTADOS (“PLR”)

A Companhia e suas controladas têm como política a administração de Participação nos Lucros e Resultados - PLR aos seus funcionários, vinculada a um plano de metas e objetivos específicos, que são estabelecidos e pagos em conformidade com o acordo coletivo de trabalho e com o sindicato da categoria. No semestre findo em 30 de junho de 2012, a PLR foi de R\$1.926 (R\$1.629 em 30 de junho de 2011), a qual foi apropriada ao resultado nas rubricas “Custo dos serviços prestados” e “Despesas gerais e administrativas”.

32. GERENCIAMENTO DE RISCOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS - CONSOLIDADO (IFRS E BR GAAP)

O Grupo EcoRodovias, no qual a Companhia está inserida, administra seu capital para assegurar que as empresas que pertencem a ela possam continuar com suas atividades normais, ao mesmo tempo em que maximizam o retorno a todas as partes interessadas ou envolvidas em suas operações, por meio da otimização do saldo das dívidas e do patrimônio. A estratégia geral da Companhia permanece inalterada desde 2010.

A estrutura de capital da Companhia é formada pelo endividamento líquido (empréstimos e financiamentos, arrendamento mercantil financeiro e debêntures, detalhados nas notas explicativas nº 16, nº 17 e nº 18, deduzidos de caixa e saldos de bancos) e pelo patrimônio líquido da Companhia (que inclui capital emitido, reservas, lucros acumulados e participações de acionistas não controladores, conforme apresentado na nota explicativa nº 25.e).

A Companhia não está sujeita a nenhum requerimento externo sobre o capital.

A Companhia revisa semestralmente a sua estrutura de capital. Como parte dessa revisão, considera o custo de capital e os riscos associados a cada classe de capital.

Em 30 de junho de 2012 e 31 de dezembro de 2011, a Companhia e suas controladas não possuem instrumentos financeiros derivativos.

Risco de mercado

a) Exposição a riscos cambiais

A Companhia e suas controladas não apresentavam saldo de ativo ou passivo denominado em moeda estrangeira.

b) Exposição a riscos de taxas de juros

A Companhia, por meio de suas controladas, está exposta a riscos normais de mercado, relacionados às variações da TJLP, do IPCA, do IGP-M e do CDI, relativos a empréstimos, financiamentos e debêntures em reais. As taxas de juros das aplicações financeiras são vinculadas à variação do CDI.

Os resultados obtidos com essas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela Administração da Companhia e de suas controladas.

Notas Explicativas

Considerações gerais

- A Administração da Companhia e de suas controladas elege as instituições financeiras com as quais as aplicações financeiras podem ser celebradas, além de definir limites quanto aos percentuais de alocação de recursos e valores a serem aplicados em cada uma delas. As aplicações financeiras são definidas como ativos mantidos para negociação.
- Aplicações financeiras e títulos e valores mobiliários: são formados por CDBs, remunerados a taxas que variam entre 96,7% e 104,2% do CDI, e refletem as condições de mercado no fim de cada período.
- Clientes: decorrem diretamente das operações da Companhia, são classificados como empréstimos e recebíveis e estão registrados pelos valores originais, sujeitos à provisão para perdas e ao ajuste a valor presente, quando aplicável.
- Empréstimos, financiamentos, debêntures e arrendamento mercantil financeiro: são classificados como outros passivos financeiros, portanto, não mensurados ao valor justo e contabilizados pelos valores contratuais de cada operação, conforme demonstrado nas notas explicativas nº 16, nº 17 e nº 18.

Índice de endividamento

Os índices de endividamento são os seguintes:

	Controladora (BR GAAP)		Consolidado (IFRS e BR GAAP)	
	<u>30/06/2012</u>	<u>31/12/2011</u>	<u>30/06/2012</u>	<u>31/12/2011</u>
Dívida (a)	351.313	440.128	1.310.693	1.448.291
Caixa, equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários - vinculados	<u>(28.893)</u>	<u>(268.131)</u>	<u>(223.214)</u>	<u>(499.250)</u>
Dívida líquida	322.420	171.997	1.087.479	949.041
Patrimônio líquido (b)	1.172.431	857.341	1.175.980	860.383
Índice de endividamento líquido	<u>0,28</u>	<u>0,20</u>	<u>0,92</u>	<u>1,10</u>

- (a) A dívida é definida como empréstimos e financiamentos, arrendamento mercantil financeiro e debêntures circulantes e não circulantes, conforme detalhado nas notas explicativas nº 16, nº 17 e nº 18.
- (b) O patrimônio líquido inclui todo o capital e as reservas da Companhia, gerenciados como capital.

Notas Explicativas

Os valores contábil e de mercado dos principais instrumentos financeiros consolidados da Companhia e de suas controladas em 30 de junho de 2012 são como segue:

	<u>Classificação</u>	<u>Saldo contábil</u>	<u>Mercado</u>
Ativos:			
Caixa e equivalentes de caixa	Empréstimos e recebíveis	17.241	17.241
Clientes (a)	Empréstimos e recebíveis	67.882	67.882
Aplicações financeiras e títulos e valores mobiliários (b)	Empréstimos e recebíveis	205.973	205.973
Passivos:			
Fornecedores (a)	Outros passivos financeiros	30.178	30.178
Empréstimos e financiamentos (c)	Outros passivos financeiros	255.673	260.358
Arrendamento mercantil financeiro	Outros passivos financeiros	783	783
Debêntures (d)	Outros passivos financeiros	1.054.237	1.073.454
Credor pela concessão (e)	Outros passivos financeiros	69.848	85.348

- (a) O saldo de clientes e fornecedores possui prazo de vencimento, substancialmente, em até 45 dias, portanto, aproxima-se do valor justo esperado pela Companhia.
- (b) Os saldos de aplicações financeiras e títulos e valores mobiliários se aproximam do valor justo no fim de cada período.
- (c) Calculado por meio do fluxo de caixa descontado, de acordo com a taxa de 5,43% a.a., com base nas parcelas a vencer.
- (d) Calculado por meio das cláusulas de recompra ou resgate antecipado incluídas nos prospectos das debêntures e conforme o preço unitário - PU, atualizado em 30 de junho de 2012.
- (e) Calculado excluindo-se o ajuste a valor presente das parcelas fixas da rubrica “Credor pela concessão”.

A determinação do valor justo dos ativos e passivos financeiros apresenta termos e condições padrão, que são negociados em mercados ativos e determinados com base nos preços observados nesses mercados.

a) Risco de taxa de juros

O risco de taxa de juros da Companhia e de suas controladas decorre de aplicações financeiras e empréstimos circulantes e não circulantes que são remunerados por taxas de juros variáveis e que podem ser indexados à variação de índices de inflação. Esse risco é administrado pela Companhia por meio da manutenção de empréstimos a taxas de juros prefixadas e pós-fixadas.

A exposição do Grupo às taxas de juros de ativos e passivos financeiros está detalhada no item Gerenciamento de risco de liquidez desta nota explicativa.

De acordo com as suas políticas financeiras, a Companhia e suas controladas vêm aplicando seus recursos em instituições de primeira linha, não tendo efetuado operações envolvendo instrumentos financeiros que tenham caráter especulativo.

Notas Explicativas

b) Risco de crédito

Concentração de risco de crédito

Instrumentos financeiros que, potencialmente, sujeitam a Companhia a concentrações de risco de crédito e consistem, primariamente, em caixa e bancos, aplicações financeiras e contas a receber.

A Companhia mantém contas-correntes bancárias e aplicações financeiras com instituições financeiras de primeira linha, aprovadas pela Administração, de acordo com critérios objetivos para diversificação de riscos de crédito.

Em 30 de junho de 2012, a Companhia apresentava valores a receber da empresa Serviços de Tecnologia de Pagamentos S.A. - STP de R\$55.797 (R\$58.360 em 31 de dezembro de 2011), decorrentes de receitas de pedágios arrecadadas pelo sistema eletrônico de pagamento de pedágio (“Sem Parar”), registrados na rubrica “Contas a receber”.

c) Risco de liquidez

O risco de liquidez é gerenciado pela controladora direta EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A., que possui um modelo apropriado de gestão de risco e liquidez para o gerenciamento das necessidades de captação e gestão de liquidez no curto, médio e longo prazos. A controladora direta gerencia o risco de liquidez mantendo adequadas reservas, linhas de crédito bancárias e linhas de crédito para captação de empréstimos que julgue adequados, através do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, e pela combinação dos perfis de vencimento dos ativos e passivos financeiros.

O vencimento contratual baseia-se na data mais recente em que a Companhia e suas controladas devem quitar as respectivas obrigações:

Modalidade	Taxa de juros (média ponderada) efetiva - % a.a.	Próximos 12 meses	Entre 13 e 24 meses	Entre 25 e 36 meses	37 meses em diante	Total
BNDES	TJLP + 2,45% a.a.	8.083	9.833	9.833	63.917	91.666
Capital de giro	109% do CDI	122.191	-	-	-	122.191
Capital de giro	TJLP + 2,032% a.a.	15.606	12.971	13.239	-	41.816
Arrendamento mercantil financeiro	16,71% a.a.	783	-	-	-	783
Credor pela concessão	IGP-M	20.139	5.826	11.758	35.054	72.777
Debêntures	IGP-M + 9,50% a.a.	84.245	109.490	88.339	-	282.074
Debêntures	IPCA + 8,50% a.a.	133.348	154.463	65.006	419.346	772.163

Notas Explicativas

Análise de sensibilidade

Risco de variação nas taxas de juros

A análise de sensibilidade foi determinada com base na exposição às taxas de juros dos instrumentos financeiros não derivativos no fim do período. Para os passivos com taxas pós-fixadas, a análise é preparada assumindo-se que o valor do passivo em aberto no fim do período esteve em aberto durante todo o período.

A análise de sensibilidade foi desenvolvida considerando a exposição à variação do CDI, da TJLP e do IGP-M, principais indicadores das debêntures contratadas pela Companhia e por suas controladas:

<u>Operação</u>	<u>Risco</u>	<u>Juros a incorrer</u>		
		<u>Cenário I - provável</u>	<u>Cenário II - 25%</u>	<u>Cenário III - 50%</u>
Juros sobre a 1ª série das debêntures – Ecovias	Alta do CDI	7.466	8.759	10.057
Juros sobre a 2ª e 3ª séries das debêntures – Ecovias	Alta do IGP-M	43.195	47.215	51.236
Juros sobre a 1ª, 2ª e 3ª séries das debêntures – EcoRodovias	Alta do IPCA	66.123	37.174	41.266
Juros sobre a 1ª, 2ª, 3ª e 4ª séries das debêntures - Ecopistas	Alta do IPCA	371.016	407.414	443.818
Empréstimos e financiamentos	Alta do CDI	19.760	22.540	27.340
Empréstimos e financiamentos	Alta da TJLP	30.021	37.527	45.032

Em atendimento à Instrução CVM nº 475/08, a Companhia e suas controladas estão apresentando o cenário provável definido com base na expectativa da Administração e mais dois cenários com deterioração de 25% e 50% da variável do risco considerado, apresentados, de acordo com a regulamentação, como cenário II e cenário III, respectivamente.

As taxas consideradas foram as seguintes:

<u>Indicadores</u>	<u>Cenário I - provável</u>	<u>Cenário II - 25%</u>	<u>Cenário III - 50%</u>
CDI (a)	10,61%	13,26%	15,92%
IGP-M (b)	5,14%	6,43%	7,71%
IPCA (c)	4,92%	6,14%	7,37%
TJLP (d)	1,97408	2,46760	2,96112

(a) Refere-se à taxa do CDI dos últimos 12 meses em 30 de junho de 2012.

(b) Refere-se à taxa do IGP-M dos últimos 12 meses em 30 de junho de 2012.

(c) Refere-se à taxa do IPCA dos últimos 12 meses em 30 de junho de 2012.

(d) Refere-se à taxa da TJLP dos últimos 12 meses em 30 de junho de 2012.

Notas Explicativas

As referidas taxas utilizadas para as projeções de mercados foram extraídas das seguintes fontes externas independentes: www.cetip.com.br, www.bcb.gov.br, www.ibge.gov.br e www.fgv.br.

Os resultados obtidos com essas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela Administração da Companhia e de suas controladas.

33. SEGUROS CONTRATADOS - CONSOLIDADO (IFRS E BR GAAP)

A Companhia e suas controladas têm cobertura de seguros considerada suficiente pela Administração, em virtude dos riscos existentes em suas operações. Os contratos de concessão obrigam as concessionárias a contratar e manter coberturas amplas de seguros, visando à manutenção e garantia das operações normais. As apólices cobrem responsabilidade civil, de acordo com o respectivo contrato de concessão, riscos de engenharia operacionais, entre eles problemas na fase de construção, alterações geológicas, incêndios e desastres naturais (enchentes e deslizamento de terra), danos à propriedade e perda de receita pela interrupção das rodovias.

<u>Modalidade</u>	<u>Cobertura</u>
Seguro-garantia	R\$558 milhões
Equipamentos	R\$1,9 milhões
“All Risk” - responsabilidade civil	R\$1.568 milhões
“All Risk” - patrimoniais e danos materiais	R\$5.530 milhões
Seguro - sede	R\$5 milhões
“All Risk” - perda de receita	R\$1.429 milhões
Veículos	Tabela FIPE
“All Risk” - risco de engenharia	R\$171 milhões

34. CONTRATOS DE CONCESSÃO - CONSOLIDADO (IFRS E BR GAAP)

Concessionária Ecovia Caminho do Mar S.A.

A Concessionária Ecovia Caminho do Mar S.A. foi constituída em 21 de outubro de 1997 e tem como atividade principal a exploração, sob o regime de concessão, do Lote 006 do Programa de Concessão de Rodovias do Estado do Paraná, totalizando 136,7 km, constituídos por: (a) Rodovia BR-277, trecho entre a cidade de Curitiba e o Porto de Paranaguá, em uma extensão de 85,7 km; (b) Rodovia PR-508, trecho entre a BR-277 e o município de Matinhos, em uma extensão de 32 km; e (c) Rodovia PR-407, trecho desde a BR-277 até a Praia de Leste, em uma extensão de 19 km. O objeto da concessão consiste na recuperação, no melhoramento, na manutenção, na operação e na exploração das rodovias, pelo período de 24 anos, sendo a vigência da concessão até novembro de 2021, mediante a cobrança de tarifas de pedágio e de fontes alternativas de receita que podem advir de atividades relativas à exploração da rodovia e de suas faixas marginais, acessos ou áreas de serviço e lazer, incluindo as decorrentes de publicidade e multas por excesso de peso.

Notas Explicativas

A controlada assumiu os seguintes compromissos decorrentes da concessão:

- (iii) Pagamento da verba anual de fiscalização em parcelas mensais durante o período do contrato, sendo R\$60 mensais do início até o 11º ano e R\$66 mensais do 12º ano até o fim do contrato.
- (iv) Pagamento da verba para aparelhamento da Polícia Rodoviária. A verba destina-se a aparelhamento e equipamentos de uso da Polícia Rodoviária e será paga pelo valor de R\$10 mensais até o 11º ano e de R\$11 mensais do 12º ano ao fim do contrato.
- (v) Restauração, conservação de rotina e manutenção do pavimento dos trechos rodoviários de acesso, conforme a seguir (exceto operação):
 - 2,6 km da Rodovia PR-804, trecho entre a BR-277 e a PR-408.
 - 13,2 km da Rodovia PR-408, trecho entre Morretes e a BR-277.
 - 9,6 km da Rodovia PR-408, trecho entre a PR-340 e Morretes.
 - 13 km da Rodovia PR-411, trecho entre a PR-410 (São João da Graciosa) e Morretes.

Os valores anteriormente mencionados são corrigidos na mesma proporção e data do reajuste das tarifas de pedágio.

O contrato de concessão da Ecovia Caminho do Mar foi classificado como ativo intangível. O ativo intangível é reconhecido à medida que a Companhia tenha o direito de cobrar dos usuários os serviços públicos.

Os custos e a receita de construção estão reconhecidos de acordo com o contrato de concessão, como segue:

	<u>30/06/2012</u>	<u>30/06/2011</u>
Receita de construção	10.188	8.381
Custos de construção	<u>(10.188)</u>	<u>(8.381)</u>
	=====	=====

De acordo com o contrato de concessão, a Ecovia Caminho do Mar não possui compromissos futuros; as obras realizadas são para manutenção do sistema rodoviário.

Concessionária Ecovias dos Imigrantes S.A.

A Concessionária Ecovias dos Imigrantes S.A. iniciou suas atividades em 29 de maio de 1998 e tem como objeto social exclusivo a exploração, pelo regime de concessão, do sistema rodoviário constituído pelo Sistema Anchieta-Imigrantes, de acordo com os termos de concessão outorgados pelo Governo do Estado de São Paulo.

O Sistema Anchieta-Imigrantes, com extensão total de 176,8 km, é constituído basicamente por: (a) Rodovia Anchieta (SP-150 - entre o km 9,7 e o km 65,6); (b) Rodovia dos Imigrantes (SP-160 - entre o km 11,5 e o km 70,0); (c) Interligação Planalto (SP-041 - em uma extensão de 8 km); (d) Interligação Baixada (SP-059 - em uma extensão de 1,8 km); (e) Rodovia Padre Manoel da Nóbrega (SP-055/170 - entre o km 270,6 e o km 292,2); e (f) Rodovia Cônego Domênico Rangoni (SP-055/248 - entre o km 0 e o km 8,4 e entre o km 248,0 e o km 270,6).

Notas Explicativas

A concessão, pelo prazo de 20 anos e mediante a cobrança de pedágio, consiste na manutenção e melhoria dos sistemas de operação, construção da pista descendente da Rodovia dos Imigrantes, recuperação das rodovias existentes, construção de pistas marginais, implantação de sistemas de controle de tráfego e atendimento aos usuários, conservações preventivas, implantação de sistemas eletrônicos de gestão e arrecadação de pedágio.

Em 21 de dezembro de 2006, por meio do TAM nº 10, a controlada obteve a prorrogação do prazo de concessão por mais 70 meses, em virtude do reequilíbrio econômico-financeiro do contrato de concessão. O contrato de concessão possui vigência até março de 2024.

A controlada assumiu os seguintes compromissos decorrentes da concessão:

a) Ampliação principal

- Duplicação da Rodovia dos Imigrantes, entre o km 41,0 e o km 58,0 (pista descendente), com término inicialmente previsto para o primeiro semestre de 2003. Esse compromisso foi cumprido antecipadamente em 17 de dezembro de 2002, com a entrega da obra.

b) Pagamento de

- Direito de outorga, em parcelas mensais de valores definidos durante o período de concessão, no total de R\$87.000 (R\$44.857 ajustados a valor presente), acrescido de atualização monetária com base na variação do IGP-M.
- 3% da arrecadação sobre as receitas derivadas da exploração do sistema rodoviário.

Ao término do período da concessão, retornam ao Poder Concedente todos os bens reversíveis, direitos e privilégios vinculados à exploração do sistema rodoviário. A concessionária terá direito à indenização correspondente ao saldo amortizado ou depreciado dos bens ou investimentos, cuja aquisição ou execução, devidamente autorizada pelo Poder Concedente, tenha ocorrido nos últimos cinco anos do prazo da concessão.

O contrato de concessão da Ecovias dos Imigrantes foi classificado como ativo intangível. O ativo intangível é reconhecido à medida que ela tenha o direito de cobrar dos usuários os serviços públicos.

Os custos e a receita de construção estão reconhecidos de acordo com o contrato de concessão, como segue:

	<u>30/06/2012</u>	<u>30/06/2011</u>
Receita de construção	18.272	25.504
Custos de construção	<u>(18.272)</u>	<u>(25.504)</u>
	=====	=====

Em 30 de junho de 2012, os investimentos para atender aos compromissos futuros da Ecovias dos Imigrantes estão estimados em R\$422.882 (R\$450.163 em 31 de dezembro de 2011).

Notas Explicativas

Em decorrência da Deliberação do Conselho Diretor da Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Transportes do Estado de São Paulo (“ARTESP” ou “Poder Concedente”), de 27 de julho de 2011, o Poder Concedente elaborou e a Companhia concordou com o Termo Aditivo e Modificativo (“TAM”) em 15 de dezembro de 2011, que prevê a substituição do índice de reajuste das tarifas de pedágio do IGP-M para o IPCA, a fim de uniformizar toda a sistemática de reajuste de tarifas de pedágios de rodovias, sendo mantidos a periodicidade anual e o mês de referência do ajuste. A alteração do índice do reajuste implicará a revisão contratual em base anual perante o Poder Concedente, para verificação de existência de desequilíbrio econômico decorrente da utilização do novo índice, que poderá determinar o reequilíbrio em favor da Companhia ou do Poder Concedente, através de alteração do prazo de concessão ou por outra forma definida em comum acordo entre as partes. As cláusulas do TAM entrarão em vigor em 1º de janeiro de 2012, condicionadas à autorização do Secretário Estadual de Logística e Transportes.

Concessionária das Rodovias Ayrton Senna e Carvalho Pinto S.A. - Ecopistas

A Concessionária das Rodovias Ayrton Senna e Carvalho Pinto S.A. - Ecopistas iniciou suas atividades em 18 de junho de 2009, sendo a vigência do contrato até junho de 2039, e tem como objeto social, pelo regime de concessão, a exploração, mediante percepção de pedágio e de receitas acessórias, nos termos e limites do contrato de concessão, do conjunto de pistas de rolamento do corredor Ayrton Senna-Carvalho Pinto, respectivas faixas de domínio e edificações, instalações e equipamentos nele contidos, compreendendo:

- a) SP-070 - Rodovias Ayrton Senna e Carvalho Pinto: início do trecho entre o km 11 e o km 190, no fim da Marginal Tietê, São Paulo - SP; e fim do trecho entre o km 130 e o km 400, no entroncamento com a BR-116, entre o km 117 e o km 400, Taubaté - SP.
- b) SP-019: início do trecho entre o km 0 e o km 000, no entroncamento com a SP-070, entre o km 19 e o km 300, Guarulhos - SP; e fim do trecho entre o km 2 e o km 400, início do Sítio do Aeroporto de Cumbica, Guarulhos - SP.
- c) SPI-179/060 - interligação Ayrton Senna x Rodovia Presidente Dutra: início do trecho entre o km 0 e o km 000, no entroncamento com a BR-116, entre o km 179 e o km 000, Guararema - SP; e fim do trecho entre o km 5 e o km 400, no entroncamento com a SP-070, entre o km 60 e o km 300, Guararema - SP.
- d) SPI-035/056 - interligação Itaquaquecetuba: início do trecho entre o km 0 e o km 000, no entroncamento com a SP-056, entre o km 35 e o km 000, Itaquaquecetuba - SP; e fim do trecho entre o km 0 e o km 880, no entroncamento com a SP-070, entre o km 35 e o km 700, Itaquaquecetuba - SP.
- e) SP-099 - Rodovia dos Tamoios: início do trecho entre o km 4 e o km 500, São José dos Campos - SP; e fim do trecho entre o km 11 e o km 500, São José dos Campos - SP.
- f) SP-070 - trecho rodoviário a ser construído, de 6,8 km: prolongamento até a SP-125, Taubaté - SP.
- g) Segmentos transversais, trechos, obras de arte e instalações complementares do tipo urbano ou rodoviário da Rodovia SP-070 (Rodovias Ayrton Senna e Carvalho Pinto), outorgados à Dersa Desenvolvimento Rodoviários S.A. durante seu período de concessão, que totalizam aproximadamente 2 km e estão localizados no km 45 (intersecção com a SP-088) e no km 111 (intersecção com a SP-103).

Notas Explicativas

A Ecopistas assumiu os seguintes compromissos decorrentes da concessão:

O pagamento de direito de outorga, no total de R\$595.157 (R\$570.422 ajustados a valor presente), acrescido de atualização monetária com base na variação do IPCA, dos quais R\$118.800 foram pagos em junho de 2009 e o saldo restante foi pago em 18 parcelas, sendo a última paga em 31 de dezembro de 2010.

Sempre que houver direito à recomposição do equilíbrio econômico-financeiro do contrato de concessão, esta será implantada tomando como base os efeitos dos fatos que lhe deram causa, por meio de:

- a) Prorrogação do prazo de concessão.
- b) Revisão tarifária.
- c) Revisão do cronograma de investimentos.
- d) Utilização do ônus fixo.
- e) Emprego de verbas do tesouro.
- f) Utilização conjugada de uma ou mais modalidades.

Os bens integrantes da concessão são todos os equipamentos, máquinas, aparelhos, acessórios e, de modo geral, todos os demais bens vinculados à exploração e manutenção do sistema existente, transferidos à concessionária, bem como os bens adquiridos pela concessionária, ao longo de todo o prazo da concessão, utilizados na exploração do sistema rodoviário.

Extinta a concessão, retornarão ao Poder Concedente todos os bens reversíveis, direitos e privilégios vinculados à exploração do sistema rodoviário, transferidos para a Companhia ou por ela implantados no âmbito da concessão.

O contrato de concessão da Ecopistas foi classificado como ativo intangível. O ativo intangível é reconhecido à medida que ela tenha o direito de cobrar dos usuários os serviços públicos.

O contrato de concessão poderá ser rescindido por iniciativa da concessionária, no caso de descumprimento das obrigações, mediante ação judicial movida especialmente para esse fim; porém, os serviços prestados pela Ecopistas não poderão ser interrompidos ou paralisados até a decisão judicial, decretando a rescisão do contrato.

Os custos e a receita de construção estão reconhecidos de acordo com o contrato de concessão, como segue:

	<u>30/06/2012</u>	<u>30/06/2011</u>
Receita de construção	44.350	34.860
Custos de construção	<u>(44.350)</u>	<u>(34.860)</u>
	=====	=====

Em 30 de junho de 2012, os investimentos para atender aos compromissos futuros da Ecopistas estão estimados em R\$295.804(R\$329.633 em 31 de dezembro de 2011).

Notas Explicativas

Empresa Concessionária das Rodovias do Sul S.A. - ECOSUL

A Concessionária das Rodovias do Sul S.A. - ECOSUL foi constituída em 19 de janeiro de 1998, tendo a assinatura de seu contrato de concessão ocorrido em 15 de julho de 1998, o início de suas operações em 24 de julho de 1998 e o início da cobrança de pedágio em 4 de março de 2001. A Ecosul tem como objeto social exclusivo a exploração, pelo regime de concessão, das seguintes rodovias e trechos integrantes do denominado Polo de Pelotas:

<u>Rodovia</u>	<u>Trecho</u>	<u>Extensão (km)</u>
BR-116	Pelotas/Camaquã	123,4
BR-116	Pelotas/Jaguarão	137,1
BR-293	Pelotas/Bagé	161,1
BR-392	Pelotas/Rio Grande	73,8
BR-392	Pelotas/Santana da Boa Vista	128,4

A concessão, pelo prazo de 25 anos (a partir do início da cobrança de pedágio) e mediante a cobrança de pedágio, consiste na manutenção e melhoria dos sistemas de operação, recuperação das rodovias existentes, conservações preventivas, implantação de sistemas de controles de tráfego e atendimento aos usuários. Ao término do período de concessão em março de 2026, retornarão ao Poder Concedente todos os bens reversíveis, direitos e privilégios vinculados à exploração do sistema rodoviário.

A concessionária assumiu os seguintes compromissos decorrentes da concessão:

- Taxa de fiscalização: é calculada pela aplicação de 1% sobre a receita de arrecadação de pedágio, sendo provisionada mensalmente em favor da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT.
- Restauração, conservação de rotina e manutenção do pavimento dos cinco trechos rodoviários que compõem o polo, totalizando 623,8 km de extensão conforme as previsões dos cronogramas de custos operacionais e investimentos de seu programa de exploração.

O contrato de concessão da Ecosul foi classificado como ativo intangível. O ativo intangível é reconhecido à medida que ela tenha o direito de cobrar dos usuários os serviços públicos.

Os custos e a receita de construção estão reconhecidos de acordo com o contrato de concessão, como segue:

	<u>30/06/2012</u>	<u>30/06/2011</u>
Receita de construção	12.050	15.785
Custos de construção	<u>(12.050)</u>	<u>(15.785)</u>
	<u>-----</u>	<u>-----</u>

Em 30 de junho de 2012, os investimentos para atender aos compromissos futuros da Ecosul estão estimados em R\$57.468 (R\$70.475 em 31 de dezembro de 2011).

Não ocorreram mudanças no contrato de concessão no decorrer do período.

Notas Explicativas

Rodovia das Cataratas S.A. - Ecocataratas

A Rodovia das Cataratas S.A. - Ecocataratas foi constituída em 3 de novembro de 1997 e tem por objeto social a exploração do Lote 003 da Rodovia BR-277 (trecho de 387,1 km localizado entre o município de Guarapuava, na região central do Estado do Paraná, e o município de Foz do Iguaçu, no extremo oeste do mesmo Estado), conforme disposto em contrato de concessão assinado em 14 de novembro de 1997, resultante da Concorrência Pública Internacional nº 003/96 DER/PR, concedida pelo Estado do Paraná, mediante a cobrança de pedágio e a prestação de serviços inerentes, acessórios e complementares à concessão, incluindo, mas sem limitação, obras e serviços de recuperação, melhoramento, manutenção, conservação, operação, expansão da capacidade de operação e exploração da rodovia principal e recuperação, conservação e manutenção de trechos rodoviários de acesso do Lote 003, bem como desenvolvimento e aplicação de sistemas de sinalização, informação, comunicação, segurança, serviços de pesagem, atendimento mecânico, resgate e atendimento médico de primeiros socorros. Com relação a esse contrato de concessão, diversos aspectos estão sendo discutidos, inclusive judicialmente, desde o final do ano 2002, pela Administração da Ecocataratas e pelo Governo do Estado do Paraná.

O prazo de duração da Ecocataratas é indeterminado, mas será estendido, no mínimo, pela vigência de 24 anos da concessão (o prazo final da concessão é 13 de novembro de 2021).

Em 7 de fevereiro de 2008, a Ecocataratas teve seu controle acionário adquirido pelo Grupo EcoRodovias, com transferência de 100% das ações representativas do capital social.

A Ecocataratas assumiu os seguintes compromissos decorrentes da concessão:

- a) Pagamento de verba anual de fiscalização em parcelas mensais de R\$77 durante o período do contrato, reajustadas de acordo com os índices de reajuste das tarifas de pedágio. Em 30 de junho de 2012, a parcela reajustada é de R\$216.
- b) Restauração, conservação de rotina e manutenção do pavimento dos trechos rodoviários de acesso conforme segue (exceto operação):
 - 7,64 km da Rodovia PR-474, trecho de acesso entre a BR-277 e o município de Campo Bonito - PR.
 - 37,03 km da Rodovia PR-180, trecho de acesso entre a BR-277 e o distrito de Juvinópolis, município de Cascavel - PR.
 - 13,58 km da Rodovia PR-590, trecho de acesso entre a BR-277 e o município de Ramilândia - PR.
 - 13,59 km da Rodovia PR-874, trecho de acesso ao terminal turístico do município de Santa Terezinha de Itaipu - PR.

Notas Explicativas

Os valores anteriormente mencionados são corrigidos na mesma proporção e data do reajuste das tarifas de pedágio.

Os bens que integram a concessão são as rodovias e os trechos rodoviários de acesso que compõem o sistema, compreendendo todas as edificações e demais bens móveis e imóveis que poderão ser cedidos pelo Departamento de Estradas de Rodagem - DER à Ecocataratas, de forma provisória, para que não ocorram interrupções nos serviços.

O contrato de concessão da Ecocataratas foi classificado como ativo intangível. O ativo intangível é reconhecido à medida que ela tenha o direito de cobrar dos usuários os serviços públicos.

Os custos e a receita de construção estão reconhecidos de acordo com o contrato de concessão como segue:

	<u>30/06/2012</u>
Receita de construção	9.960
Custos de construção	<u>(9.960)</u>
	<u> -</u>

De acordo com o contrato de concessão, a Ecocataratas não possui compromissos futuros; as obras realizadas são para manutenção do sistema rodoviário.

Conforme a nota explicativa nº 4, em 30 de março de 2012, a Ecocataratas passou a ser controlada diretamente pela Ecorodovias Concessões e Serviços.

35. PLANO DE PREVIDÊNCIA PRIVADA - CONSOLIDADO (IFRS E BR GAAP)

Em junho de 2006, foi implantado o Plano de Previdência Privada, na modalidade de contribuição definida, cujos custos são perfeitamente previsíveis e passíveis de controle e administração, para o qual a Companhia e suas controladas e o colaborador contribuem na mesma paridade de valores, para os salários superiores a R\$2,6, até o limite de 8% do salário nominal, e, para salários abaixo desse valor, a Companhia contribui com 1% do salário nominal do colaborador. No semestre findo em 30 de junho de 2012, a Companhia e suas controladas contribuíram com o montante de R\$482 (R\$367 em 30 de junho de 2011), registrada na rubrica “Despesas gerais e administrativas”.

Notas Explicativas

36. INFORMAÇÕES SOBRE O CONTRATO DE CONCESSÃO DAS CONTROLADAS ECOVIA CAMINHO DO MAR E ECOCATARATAS

As controladas Concessionária Ecovia Caminho do Mar S.A. e Rodovia das Cataratas S.A. - Ecocataratas fazem parte do programa de concessões do Estado do Paraná, regularmente licitado e contratado em 1997, em conjunto com outras quatro concessionárias. O prazo final da concessão de ambas é novembro de 2021.

A anterior Administração do Governo do Estado do Paraná buscou reduzir ou suprimir o programa de concessões rodoviárias no Estado, por meio de ações administrativas e judiciais. O litígio estende-se pelas seguintes principais frentes: encampação das concessões, desapropriação das ações de controle, tentativa de caducidade dos contratos, negativa de reajuste de tarifa nos anos de 2003 a 2009, tentativa de nulidade de aditivos contratuais e consideração de dados contábeis em detrimento de dados contratuais regulares. Em todas as frentes de litígio restam, por ora, vitoriosas as concessionárias do Estado do Paraná.

Os reajustes tarifários contratuais dos anos 2003 a 2010, sistematicamente negados pelo Estado do Paraná, foram implementados judicialmente e estão vigentes.

Tanto a Ecovia quanto a Ecocataratas buscam por meio de ações judiciais terem reconhecidos em seu favor eventos que desequilibraram os respectivos contratos de concessão. Caso reconhecido, tais eventos conduzirão ao direito de restabelecimento da dimensão original das equações econômico-financeiras dos contratos.

Diante da nova administração estadual as concessionárias estão atualmente em processo de renegociação amigável dos contratos de concessão. Para possibilitar as tratativas foram formulados pleitos conjuntos de suspensão das ações judiciais que discutem o contrato, em sua maioria já deferidos.

A Administração avaliou esses assuntos detalhadamente e concluiu que, embora existam riscos associados ao julgamento final das ações em andamento, a probabilidade de esses eventos afetarem de forma relevante sua situação patrimonial e financeira e o resultado de suas operações e de suas controladas não é provável e que, no momento, não é possível prever o prazo para o encerramento das ações em andamento, não sendo esperadas, no entanto, decisões finais nos próximos 12 meses.

37. INFORMAÇÕES POR SEGMENTO

A operação da Companhia e de suas controladas consiste na exploração de concessão pública de rodovia, sendo este o único segmento de negócio e maneira em que as decisões são tomadas.

A área de concessão da Companhia é dentro do território brasileiro, as receitas são provenientes de cobrança de tarifa de pedágio dos usuários das rodovias e, portanto, nenhum cliente individualmente contribui de forma significativa para as receitas da Companhia e de suas controladas.

Notas Explicativas**38. INFORMAÇÕES ADICIONAIS - TRANSAÇÕES QUE NÃO ENVOLVEM CAIXA - CONSOLIDADO (IFRS e BR GAAP)**

Durante o semestre findo em 30 de junho de 2012, a seguinte transação não envolveu o fluxo de caixa:

- a) Adições ao imobilizado de juros capitalizados no valor de R\$646 (R\$400 em 30 de junho de 2011).

39. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

Os principais saldos das controladas incluídos nas demonstrações financeiras consolidadas são conforme segue:

	30.06.2012								
	<u>Ecorodovias</u> <u>Concessões</u>	<u>Ecopistas</u>	<u>Ecocataratas</u>	<u>Ecovias</u>	<u>Ecosul</u>	<u>Ecovia</u>	<u>Subtotal</u>	<u>Eliminações</u>	<u>Consolidado</u>
Ativo									
Circulante	269.825	60.550	19.919	110.179	26.121	36.701	523.295	(231.996)	291.299
Não circulante	<u>1.269.464</u>	<u>819.995</u>	<u>457.100</u>	<u>989.384</u>	<u>121.288</u>	<u>121.645</u>	<u>3.778.876</u>	<u>(1.169.888)</u>	<u>2.608.988</u>
Total	<u>1.539.289</u>	<u>880.545</u>	<u>477.019</u>	<u>1.099.563</u>	<u>147.409</u>	<u>158.346</u>	<u>4.302.171</u>	<u>(1.401.884)</u>	<u>2.900.287</u>
Passivo e Patrimônio Líquido									
Circulante	261.266	177.194	84.819	355.736	78.593	101.913	1.059.521	(291.330)	768.191
Não circulante	105.592	479.791	72.351	258.390	33.314	15.241	964.679	(8.563)	956.116
Patrimônio líquido	<u>1.172.431</u>	<u>223.560</u>	<u>319.849</u>	<u>485.437</u>	<u>35.502</u>	<u>41.192</u>	<u>2.277.971</u>	<u>(1.101.991)</u>	<u>1.175.980</u>
Total	<u>1.539.289</u>	<u>880.545</u>	<u>477.019</u>	<u>1.099.563</u>	<u>147.409</u>	<u>158.346</u>	<u>4.302.171</u>	<u>(1.401.884)</u>	<u>2.900.287</u>
Demonstração do Resultado:									
Receita líquida	55.386	140.326	73.838	366.564	82.021	99.494	817.629	(54.436)	763.193
Lucro bruto	26.247	58.223	35.267	236.078	48.962	61.538	466.315	(22.283)	444.032
Lucro operacional	218.093	16.085	21.327	181.878	37.737	49.392	524.512	(204.057)	320.455
Lucro do exercício	<u>213.109</u>	<u>10.586</u>	<u>14.380</u>	<u>123.794</u>	<u>24.937</u>	<u>32.855</u>	<u>419.661</u>	<u>(206.552)</u>	<u>213.109</u>
31.12.2011									
	<u>Ecorodovias</u> <u>Concessões</u>	<u>Ecopistas</u>	<u>Ecocataratas</u>	<u>Ecovias</u>	<u>Ecosul</u>	<u>Ecovia</u>	<u>Subtotal</u>	<u>Eliminações</u>	<u>Consolidado</u>
Ativo									
Circulante	481.314	123.681	-	112.951	21.088	31.490	770.524	(203.347)	567.177
Não circulante	<u>960.485</u>	<u>780.581</u>	-	<u>1.007.844</u>	<u>111.906</u>	<u>115.717</u>	<u>2.976.533</u>	<u>(794.639)</u>	<u>2.181.894</u>
Total	<u>1.441.799</u>	<u>904.262</u>	=	<u>1.120.795</u>	<u>132.994</u>	<u>147.207</u>	<u>3.747.056</u>	<u>(997.986)</u>	<u>2.749.071</u>
Passivo e Patrimônio Líquido									
Circulante	335.912	238.005	-	408.240	64.660	102.794	1.149.611	(348.415)	801.196
Não circulante	248.546	453.312	-	340.072	37.918	15.717	1.095.564	(8.072)	1.087.492
Patrimônio líquido	<u>857.341</u>	<u>212.945</u>	=	<u>372.483</u>	<u>30.416</u>	<u>28.696</u>	<u>1.501.881</u>	<u>(641.498)</u>	<u>860.383</u>
Total	<u>1.441.799</u>	<u>904.262</u>	=	<u>1.120.795</u>	<u>132.994</u>	<u>147.207</u>	<u>3.747.056</u>	<u>(997.986)</u>	<u>2.749.071</u>
30.06.2011									
Demonstração do Resultado:									
Receita líquida	50.079	122.421	-	355.812	80.188	86.203	694.703	(44.364)	650.339
Lucro bruto	24.748	53.773	-	216.324	43.722	52.710	391.277	(17.439)	373.838
Lucro operacional	171.113	11.687	-	159.757	35.703	43.084	421.344	(166.756)	254.588
Lucro do exercício	<u>168.852</u>	<u>7.751</u>	=	<u>109.123</u>	<u>23.581</u>	<u>28.660</u>	<u>337.967</u>	<u>(169.115)</u>	<u>168.852</u>

Notas Explicativas

40. APROVAÇÃO DAS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

As informações contábeis intermediárias da EcoRodovias Concessões e Serviços S.A. e de suas controladas foram aprovadas pelo Conselho de Administração e autorizadas para emissão em 8 de agosto de 2012 e para reemissão em 2 de outubro de 2012, pelas razões apresentadas na nota explicativa nº41.

41. REAPRESENTAÇÃO DAS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS

As informações trimestrais em 30 de junho de 2012 estão sendo reapresentadas para contemplar informações adicionais nas notas explicativas nº 2 - Base de elaboração, apresentação das informações trimestrais e resumo das principais práticas contábeis, nº11 – Investimentos - Controladora, nº13 – Intangível – Consolidado, nº18 – Debêntures, nº19 – Partes relacionadas, nº25.f – Reserva de capital – plano de opções com base em ações, nº32 – Gerenciamento de riscos e instrumentos financeiros – Consolidado, nº39 – Demonstrações financeiras consolidadas, nº 40 – Aprovação das informações contábeis intermediárias e nº 41 – Reapresentação das informações trimestrais, assim como para incluir uma reclassificação do saldo de 31 de dezembro de 2011 de partes relacionadas na nota explicativa nº19, apresentado para fins de comparação, do ativo circulante para o ativo não circulante.

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial

RELATÓRIO SOBRE A REVISÃO DE INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS

Aos Acionistas e Administradores da
EcoRodovias Concessões e Serviços S.A.
São Paulo - SP

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, da EcoRodovias Concessões e Serviços S.A. ("Companhia"), identificadas como Controladora e Consolidado respectivamente, contidas no Formulário de Informações Trimestrais - ITR, referentes ao trimestre findo em 30 de junho de 2012, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2012 e as respectivas demonstrações do resultado para os períodos de três e seis meses findos naquela data e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de seis meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias individuais de acordo com o pronunciamento técnico CPC 21 - Demonstração Intermediária e das informações contábeis intermediárias consolidadas de acordo com o CPC 21 e com a norma internacional IAS 34 - "Interim Financial Reporting", emitida pelo "International Accounting Standards Board - IASB", assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações contábeis intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - "Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity", respectivamente). Uma revisão de informações contábeis intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis, e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria, e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações contábeis intermediárias individuais

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias individuais incluídas nas informações trimestrais anteriormente referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21, aplicável à elaboração de Informações Trimestrais - ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela CVM.

Conclusão sobre as informações contábeis intermediárias consolidadas

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias consolidadas incluídas nas informações trimestrais anteriormente referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 e a IAS 34, aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela CVM.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

Revisamos, também, as informações intermediárias referentes à demonstração do valor adicionado ("DVA"), individual e consolidada, referentes ao período de seis meses findo em 30 de junho de 2012, preparadas sob a responsabilidade de sua Administração, cuja apresentação nas informações contábeis intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela CVM aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR e considerada informação suplementar pelas IFRSs, que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foram elaboradas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, de acordo com o CPC 21, tomadas em conjunto.

Reapresentação das Informações Trimestrais

Conforme descrito na nota explicativa nº 41, a Companhia está reapresentando as Informações Trimestrais (ITR) referentes ao trimestre findo em 30 de junho de 2012. Os aprimoramentos efetuados não modificam nosso relatório emitido em 3 de agosto de 2012 sobre tais Informações Trimestrais (ITR) tomadas em conjunto.

São Paulo, 2 de outubro de 2012

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes
CRC nº 2 SP 011609/O-8

Ismar de Moura
Contador
CRC nº 1 SP 179631/O-2

Motivos de Reapresentação

Versão	Descrição
2	Reclassificação do Balanço Patrimonial (Individual) entre Ativo Circulante e Não Circulante do Ano 2011. Alterações das NE(s) 3,11,13,18,19,25 e 32.